

José Gaspar Bisco Júnior

México Insurgente:  
Da Revolução Mexicana ao surgimento do EZLN

Monografia de Bacharelado.

Departamento de História  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais  
Universidade Federal de Ouro Preto

Mariana, 2003.

José Gaspar Bisco Júnior

México Insurgente:

Da Revolução Mexicana ao surgimento do EZLN

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Angelo Alves Carrara.

Departamento de História

Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Universidade Federal de Ouro Preto

Mariana, 2003.

A meus pais.

## Agradecimentos.

Gostaria de agradecer ao Professor Angelo pela ajuda e atenção prestada, que foi de extrema valia e imprescindível para a execução deste trabalho. Gostaria de agradecer também ao Professor Henrique que muito me ajudou nas pesquisas desenvolvidas durante a minha graduação. Não posso deixar de salientar a importância da professora Edna Mara, Helena Mollo e dos professores Ronaldo e José Arnaldo.

Agradeço também aos amigos da república Anarquia, que estiveram presentes em todos os momentos e que me são inestimáveis: Gustavo, Thiago, João Paulo, Walter, Paquito, Biscoito e Breno. Não poderia me esquecer de outros grandes amigos que deixo ao final destes quatro anos: Douglas (Mussarela), Fábio (o barba), Fernando Ruiz, Wendell, Túlio, Zangado (Daniel), Hélio, Léo, Luciana de Carvalho, Fefa, Alessandro, Caion, Pablo Menezes, Marina, Mansur, Luciana Peixoto e tantos outros que compartilharam alegrias e tristezas durante minha permanência na UFOP. Agradeço com muito carinho a presença da Melissa que me ajudou nestes últimos meses.

Gostaria de agradecer a meu pai, que sempre acreditou na minha pessoa e a quem devo grande parte de minhas conquistas. Agradeço a minha mãe, irmã e a

meu sobrinho, pela dedicação, tempo e carinho dispensados por eles em favor de  
minha pessoa e pela resistência, luta e superação demonstrados nos últimos anos.

Obrigado!

## Resumo.

Monografia de bacharelado sobre o movimento revolucionário do EZLN que analisa o surgimento do Exército, de sua compreensão como forma popular de atuação e uso da figura do mito de Zapata, procurando delimitar as ações do movimento e as mudanças no modo de atuação do grupo a partir do momento de seu surgimento para a comunidade mundial. O presente trabalho tenta estabelecer uma relação entre os revolucionários de 1910 e os atuais, procurando esclarecer a presença do nome de Emiliano Zapata no movimento.

## Abstract

This is a bachelorship treatise on the revolutionary movement of the Zapatista National Liberation Army - EZLN - that analyzes the army emergence and its comprehension as a popular form of performance, and the use of the myth of Zapata, aiming to delimitate the actions of the movement and the changes at the group performance from the moment of its appearance in the world community. This production tries to establish a relationship between the 1910's revolutionaries and the current ones, managing to elucidate the presence of Emiliano Zapata's name at the movement.

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	9
2. Revolução Mexicana: O contexto de Morelos.....	12
2.1. Emiliano Zapata: surge o mito.....	24
2.2. O Plano de Ayala.....	26
2.3. Os líderes se unem.....	<b>27</b>
3. Congresso Indígena (1974).....	29
3.1. Congresso Nacional Indígena (1996).....	30
4. Situação econômica de Chiapas.....	32
5. Causas da rebelião em Chiapas.....	45
5.1. Rebeldia herdada.....	45
5.2. A crise da fazenda tradicional.....	46
5.3. A ação pastoral.....	47
5.4. A presença dos estudantes do massacre de Tlatelcolco de 1968....	50
5.5. Pouca terra para muitos.....	53
5.6. Politização dos "povos indígenas".....	60
5.7. A violência e a lei caminham juntas.....	67
5.8. A violência negociada com perdas e ganhos.....	70
5.9. A primeira revolução do século XXI.....	78
6. A interação do Mito no EZLN.....	84
7. Notas.....	91

8. Conclusão.....	93
9. Glossário.....	95
10. Bibliografia.....	96



## **1. - Introdução**

O ano de 1994 foi marcante para a vida política e para a História do México. O surgimento do exército Zapatista de Libertação Nacional para os olhos do mundo causaram uma situação de desconforto para o governo Mexicano que procurava mostrar um país próspero e democrático. O colapso para a economia Mexicana causado em 1994 foi apenas o início de todo um processo envolvendo toda a população Mexicana.

Desde a revolução de 1910, os povos indígenas, são ignorados pelo governo mexicanos. A necessidade de terras e meios para que a população rural possa sustentar-se foram negados ao longo de todos estes anos, e a marginalização desta classe da sociedade mexicana mostrasse evidente nos dias de hoje. Surge dentro de um contexto extremamente

desfavorável o EZLN, apoiado sobre a argumentação de que os povos indígenas deveria ser respeitado, conseguiu aos poucos, transformar o movimento local em um plano mexicano de melhoria da qualidade de vida da população dentro de um contexto democrático.

Desde seu surgimento, o movimento preserva uma característica: a divulgação mundial. A presença marcante de texto e informações na internet fez do movimento não apenas um fato local, mas uma situação que é estudada por diversos sociólogos e historiadores do resto do mundo.

Um dos fatos mais preponderante dentro de uma análise do EZLN é o uso do nome de comandante Emiliano Zapata. Aclamado pela população como o defensor dos oprimidos, o mito do grande comandante e espalhado por todo o México. Podemos dizer que os mitos tornam-se objetos de esperança e de força para os povos necessitados, costumam surgir em momentos de dificuldades e pode ser caracterizado de diversas formas, por exemplo um general. O interessante é que o EZLN não apóia-se exclusivamente no nome de Emiliano Zapata, mas também cria seus próprios mitos que são gradativamente assimilados não apenas pela população do estados de Chiapas, mas por todo o México. Nomes como o do Subcomandante Insurgente Marcos, do Velho Antônio e do próprio Dom Durito, sustenta um imaginário de uma população humilhada e acima de tudo, elucida e autentifica um movimento caráter popular.

É nesse contexto de análise da Revolução Mexicana de 1910 e dos movimentos populares mexicanos até hoje, que o texto tenta desfragmentar uma situação de insurgência no México que não foi resolvida e que já dura um século. O problema agrário é tido como o principal problema do México e somasse a isso a necessidade de criação ou reformulação de uma constituição que de direitos e igualdade aos povos indígenas, respeitando suas particularidades e dando condições para que este povo, que também é mexicano, consiga ter condições de preservar sua cultura.

A análise do mito de Zapata auxilia na tentativa de se conhecer o movimento e acima de tudo, entender os ideais que são espalhados pelo México e pelo mundo, constituindo uma forma diferente de luta, pois não se busca o poder e sim uma forma de democracia que como é dito "quem governe, governe obedecendo".

## 2 - Revolução Mexicana: O contexto de Morelos

Quando estudamos a Revolução Mexicana, podemos chegar a uma conclusão importante: Se no início do processo a hegemonia pertencia aos liberais, no desenrolar dos acontecimentos os camponeses deixam de ser simplesmente uma classe-apoio da burguesia, apresentando seu projeto de revolução. É esta singularidade que confere à Revolução Mexicana uma distinção radical em relação às numerosas lutas intra-oligárquicas, típicas da história da América Latina.

É interessante notarmos que da queda de Porfírio Díaz à ascensão de Álvaro Obregon à Presidência da República, o México viveu momentos que marcaram a história política da América Latina e nunca foi tão cristalina a luta de classes, os dilemas políticos e as contradições sociais.

A questão agrária e os conflitos de classe advindos da luta pelo controle da terra estão presentes na história mexicana desde o período colonial. O processo fez com que ao longo dos anos, as terras da Igreja e dos indígenas fossem transformadas em propriedades privadas, em mercadorias. São portanto, os especuladores que adquirem as terras transformando-se em latifundiários. Com as leis de 1893 e 1894, são expropriados cerca de 50 milhões de hectares. Em 1910, menos de 5% das terras estavam nas mãos das comunidades ou dos pequenos proprietários.

O período de governo de Porfírio Diaz foi caracterizado pelo afluxo de capital estrangeiro, pela revolução nos meios de comunicação e transportes, especialmente as ferrovias, integrando a economia mexicana à divisão internacional do trabalho. Neste período, os camponeses dividem-se, fundamentalmente, em duas categorias: o *peón acasillado* e o *peón de tarea*. O primeiro residia permanentemente na fazenda, cultivava a terra do latifundiário ou cuidava do gado, realizava trabalhos de conservação sem nenhum pagamento suplementar e comprava na *Tienda de raya* da fazenda (forma de mercado) os produtos indispensáveis para a sua sobrevivência, sempre por um preço mais alto que o de mercado, e que era descontado quando do pagamento do salário, isso acarretava frequentemente no endividamento do *peón acasillado*. O segundo é um trabalhador eventual que durante um tempo limitado vende a sua força de trabalho em troca de um salário ou do direito de cultivar uma parcela de terra da fazenda. Este camponês reside em uma aldeia próxima à *hacienda*, ou é um pequeno proprietário que necessita de uma renda suplementar.

Neste período o norte do México, com seus terrenos áridos, consegue vencer a distância e o isolamento através da construção das ferrovias e o desenvolvimento da irrigação. Em 1910, a região concentra pouco mais de 11% da população nacional; destes, poucos eram indígenas. Com base na mineração e produção agropecuária, a economia da região está sob forte influência do capital americano. No centro do México, os *peones acasillados* formavam uma camada

social muito próxima dos latifundiários, chegando a participar da repressão às revoltas camponesas. O sul, por sua vez, tem uma participação marginal no processo revolucionário, destacasse pela escassez da força de trabalho, pois o número de aldeias indígenas proprietárias de terras era maior do que no centro. Parte dos camponeses chegaram à região a força, como os indígenas que foram deportados de Sonora, além de trabalhadores "contratados" que não tinham condições de retornar aos seus estados de origem. O endividamento, como instrumento de controle dos camponeses, é comumente usado pelos latifundiários, reforçados pelo apoio do exército, dos *rurales* e das autoridades locais.

Depois que Porfírio é reeleito em 1884 os EUA passam por uma forte crise econômica que traz sérios prejuízos à economia mexicana, além disso, a ocorrência de fortes problemas como secas e geadas faz com que a agricultura e a pecuária tivessem uma queda na produção de quase 50%. É neste contexto de crise que cresce entre os operários das minas e das indústrias têxtil a influência do Partido Liberal liderado por Ricardo Flores Magón. Duramente perseguidos pela polícia política, a liderança liberal é obrigada a se exilar nos Estados Unidos. Aproximando-se do anarquismo, defendem a derrubada do porfirismo pela via insurrecional. As reivindicações básicas eram: jornadas de 8 horas, igualdade salarial com os operários americanos, extinção das *tiendas de raya*, direito de greve e salário mínimo. As manifestações foram reprimidas com a ajuda norte americana e o movimento operário chega a 1910 sem direção política.

Com a proximidade do ano de 1910 - quando se realizariam eleições presidenciais -, surge diversas manifestações entre frações da classe dominante que buscavam uma saída política para a crise. Neste contexto é publicado *La sucesión presidencial* (1909), por Francisco Madero, desconhecido *hacendado*, que, embora pertencendo a tradicional família de Coahuila com interesses na indústria, na pecuária, na agricultura, na mineração e no setor bancário, até então, nunca tinha tido qualquer participação política. Empunhando a bandeira da não-reeleição de Díaz e da defesa do sufrágio efetivo, Madero aprofundará a desintegração no bloco conservador.

Durante a campanha eleitoral, Madero percorre todo o México encontrando um terreno fértil para expor a plataforma política. Munido de um fraco programa de reformas, Madero se surpreende com a boa recepção popular, tenta obter do ditador um acordo que possibilitasse uma transição sem traumas, sem a mobilização de massas; se possível, após a sua morte. A recusa de Díaz a qualquer acordo obriga Madero a continuar na campanha eleitoral até ser preso sob a alegação de incitar o povo à rebelião. Libertado após a realização das eleições que o ditador obteve a quase totalidade dos votos, Madero opta por exilar-se nos Estados Unidos, devido à perseguição política.

De San Antônio, No Texas, redige o Plano de San Luís Potosí, conclamando o povo a rebelar-se contra a ditadura, marcando dia e hora para o início da revolução - 20 de novembro às 18 horas. O plano declara nula a eleição

presidencial e considera Madero o presidente legítimo. Além disso, no artigo 3º defende a restituição das terras apropriadas pelos latifundiários aos antigos proprietários. Com isso pretende obter o apoio dos camponeses que haviam sido expropriados das suas terras.

Em 20 de novembro, como estava previsto, começa a revolução através de uma série de levantes em diferentes estados da República. Em 14 de fevereiro de 1911, três meses após o início da revolução, Madero retorna ao México. Receoso dos êxitos militares dos magonistas, que invadiram a Baja Califórnia e conquistaram Mexicali, tenta, a todo custo, obter uma vitória de grande importância política. Em 6 de março, ataca Casas Grandes: é fragorosamente derrotado pelas tropas federais.

Apesar de os revolucionários não terem obtido nenhuma vitória militar, o simples estado de beligerância aprofunda a crise do porfirismo. Díaz envia ao Congresso mensagem estabelecendo a não-reeleição e o sufrágio efetivo, duas das principais bandeiras de Madero, e tenta um acordo que foi negado, pois os maderistas insistem na renúncia do ditador.

Em março a revolução chega ao sul, principalmente a Morelos, onde a expropriação das terras das comunidades tinha elevado a tensão política a nível pré-insurrecional. A repressão dos latifundiários levou os camponeses a buscarem formas de resistência armada, pois os tribunais porfiristas estavam sob firme controle dos latifundiários. Em Ayala, a 10 de março, liderados por Emiliano



Zapata, líder camponês de Anenecuilco, inicia-se a rebelião de Morelos com a leitura pública do Plano de San Luis Potosí.

No norte, desde o final de 1910, Madero obtém o apoio de Pancho Villa, conhecido bandido social da região, através da intermediação de Abraham González, líder maderista de Chihuahua. Reconhecia, assim, o prestígio obtido por Villa nos anos em que agira na região, onde adquirira perfeito conhecimento do terreno no qual a revolução iria iniciar a luta militar. Eis por que Villa é convidado a se incorporar ao exército revolucionário com a patente de coronel, ainda com a promessa de Madero de perdoar seus supostos crimes.

Depois de vários combates, Pancho Villa e Pascual Orozco desejam obter uma grande vitória e preparam o ataque a Ciudad Juarez, na fronteira com os Estados Unidos, contra a vontade de Madero. A tomada da cidade fronteiriça, feito de Villa e Orozco, única grande vitória dos maderistas, aprofunda a crise do governo Díaz. Em 21 de maio, Madero assina os acordos de Ciudad Juarez, pelos quais Porfírio Díaz e Ramón Corral renunciam à Presidência da República, Francisco Leon de la Barra é nomeado presidente provisório e são convocadas eleições gerais. Com o acordo é mantida intacta a maquina burocrática e militar do porfirismo, além de Madero não ter tomado o poder, mas optado por aguardar as eleições que seriam realizadas em outubro. Mais que tudo, Madero teme a radicalização popular, que nunca esteve nos seus planos.

Madero vence facilmente as eleições e presencia o aumento das tensões em Chiapas perante a sua política que não pendia a resolver o problema agrário, além de criar uma série de problemas políticos que inviabilizaram qualquer proposta de pacificação em Morelos. Madero tenta uma pacificação, onde propõe que os camponeses se desarmem para que a resolução da questão agrária se inicie, o que não é aceito por Zapata. Frente ao descaso de Madero em relação às reivindicações camponesas, os Zapatistas divulgam o Plano de Ayala (25 de novembro de 1911), denunciando o presidente como traidor e aliado dos latifundiários, desconhecendo-o como presidente da República. Nos principais artigos do plano - sexto, sétimo e oitavo -, os zapatistas defendem a entrega imediata das terras usurpadas pelos latifundiários, a expropriação de 1/3 das terras dos *hacendados* e a nacionalização dos bens de todos os contra-revolucionários.

O programa agrário de Madero defende a criação da pequena propriedade sem despojar nenhum latifundiário. Considera que a revolução foi realizada para reconquistar a liberdade e é no Parlamento que serão resolvidos os problemas da nação. O mesmo conservadorismo é dirigido à classe operária, que não mereceu nenhuma referência no Plano de San Luis Potosí. Durante seu governo, reprime greves, prende líderes operários, fecha a Casa Del Obrero Mundial (COM) - central sindical com destacada influência anarquista - e mantém inalterada a legislação antioperaria porfirista. Se por um lado Madero não agrada as demandas operárias e camponesas, por outro deixa a desejar também na classe dominante,

visto que diversas revoltas fracassadas foram lançadas contra Madero por Bernardo Reyes, Feliz Díaz e Pascual Orozco, são demonstrações da iminente queda de Madero. Bernardo Reyes e Feliz Díaz são libertados e lideram o ataque a Palácio Nacional, sede do governo. Depois de 10 dias de combates que destroem parte da capital, Reyes morre e a 18 de fevereiro são presos Francisco Madero e Pino Suárez, vice-presidente da República. Quatro dias depois são fuzilados. Vários líderes maderistas são mortos; Huerta assume a liderança do golpe e inicia com um banho de sangue um governo ditatorial de 17 meses. Alguns governadores mais identificados com Madero são presos, mas a maioria aceita o novo governo, com exceção de Venustiano Carranza, governador de Coahuila. A 26 de março, ainda em Coahuila, Carranza - fugindo do exército - instala-se na fazenda de Guadalupe, onde divulga um manifesto proclamando a resistência ao governo, desconhecendo os três poderes da República, nomeando-se *Primer Jefe* da revolução e comprometendo-se a, depois da vitória, convocar eleições gerais. O Plano de Guadalupe não incorpora nenhuma demanda social, tudo porque Carranza deseja abreviar a guerra civil, considerando que, quanto menor o número de inimigos, mais rápida será a vitória. Para o primeiro-chefe, bastava restaurar a legalidade constitucional do governo Madero. A participação dos exércitos camponeses liderados por Emiliano Zapata, com o Exército Libertador do Sul, e Pancho Villa, com a Divisão do Norte, é fundamental para destruir o exército federal e derrubar o ditador.

Em 21 de setembro de 1914, Villa recusa comparecer à reunião convocada por Carranza, na Cidade do México. No final do mês, os villistas formalizam o rompimento com o primeiro-chefe. Em 1º de outubro, é realizada convenção na capital do país, proposta por Carranza, mas que é boicotada por villistas e zapatistas. A 10 de outubro, reúne-se em Aguascaliente a Soberana Convenção Revolucionária, com a participação de carranzistas - apesar da oposição do primeiro-chefe -, independentes, villistas e zapatista, estes convocados por insistência da Divisão do Norte.

Em 30 de outubro, Carranza é destituído pela convenção, declarado rebelde, e Eulálio Gutiérrez é designado presidente interino da República. Villa é nomeado general-em-chefe dos exércitos revolucionários, o que desagrade a ala esquerda carranzista, que se retira da convenção, temerosa da hegemonia e radicalidade camponesa. O conflito entre vertentes burguesa e camponesa vai sendo gradualmente transferido pela esfera política - a convenção e a oposição carranzista - para a esfera militar. A contradição entre as duas vertentes revolucionárias não poderia ser resolvida senão pela força das armas.

Juntamente com Carranza, os constitucionalistas abandonam a Cidade do México e os zapatistas avançam, ocupando a capital. A 4 de dezembro, em Xochimilco, ocorre o encontro histórico entre Villa e Zapata. Dois dias depois, a Divisão do Norte e o Exército Libertador do Sul entram na Cidade do México, simbolizando a unidade da vertente camponesa da revolução. Durante 8 horas,

desfilam com suas tropas numa demonstração do poderio militar camponês. Depois do desfile, entram no Palácio Nacional, e Villa e Zapata, um de cada vez, sentam na cadeira presidencial.

Carranza, por sua vez, aproveita-se da inanição do governo convencionista e reforma o Plano de Guadalupe, ainda em 1914, incluindo algumas demandas sociais. A 6 de janeiro de 1915, promulga uma lei agrária que não coloca em prática. Retira, assim, o monopólio da bandeira agrarista dos movimentos camponeses além de ampliar as alianças de classes, isolando os villistas e os zapatistas. Começa uma aproximação com a Casa Del Obrero Mundial, iniciando uma campanha de difamação de Villa e Zapata, orquestrada pelo pinto Gerardo Murilo, mais conhecido como Dr. Atl, que assume a liderança da central com a missão expressa de isolar os camponeses dos operários.

Seguindo Marco Antônio Villa, a aliança COM-Carranza permitiu ao primeiro-chefe ampliar a sua base de sustentação política, impedindo a constituição de um sindicalismo independente e revolucionário e uma aliança operário-camponesa que impediria, ou, ao menos dificultaria, a vitória da burguesia. Nas palavras de Marco Antônio Villa: "a aliança, permitiu travestir o projeto burguês em um projeto de todo o povo mexicano".

A situação militar camponesa complica-se quando Obregón volta a ocupar a Cidade do México, apesar do compromisso zapatista de defender a capital. O comandante das forças carranzistas dirige-se ao centro do país para se confrontar

com a maior ameaça à hegemonia burguesa da revolução: a Divisão do Norte. Usando táticas adotadas na Primeira Guerra Mundial, Obregón consegue conter o ataque das tropas villistas e passa à ofensiva. A segunda derrota em Celaya, além de destruir grande parte da Divisão do Norte, acabou com o mito da invencibilidade de Villa. Outras praças foram perdidas como: Zacatecas, Durango, Saltillo, Torreón -, muitas entregues sem luta aos constitucionalistas. A Divisão do Norte desagrega-se.

Após a derrota de 1915, os camponeses não tem como resistir à burguesia revolucionária. Em Morelos, Zapata tenta conter, sem sucesso, a ação do general Pablo González, que, copiando os métodos adotados por Huerta, destrói aldeias, assassina líderes comunitários, impondo o poder constitucionalista através do terror. Villa passa à luta guerrilheira, fustigando as tropas governamentais e ocupando simbolicamente algumas cidades do norte. Preocupado com a aproximação de Carranza e do governo americano, com possíveis manobras que colocassem em risco a independência mexicana, Villa resolve atacar uma cidade americana na fronteira, criando um incidente internacional que obrigaria Carranza a se posicionar contra os Estados Unidos. A invasão de Columbus (Novo México), a primeira sofrida pelos Estados Unidos desde 1812 e, ainda, realizada por latino-americanos, configurou-se intolerável para os americanos. Washington envia 10 mil soldados ao México para capturar Villa. Depois de 11 meses de

procura incessante, a expedição comandada pelo general Pershing se retira do México sem atingir o seu objetivo.

Instala-se em Querétaro, em dezembro de 1916, o Congresso Constituinte encarregado de redigir uma nova Constituição. O projeto enviado por Carranza é rejeitado, pois limitava-se a reformar a Constituição de 1857, sem enfrentar as questões sociais. A nova Constituição reconhece o direito de as comunidades solicitarem terras em quantidade suficiente para as suas necessidades; consagra direito como a jornada de trabalho máxima; descanso semanal, salário mínimo; participação nos lucros; direito de greve, etc.

A constituição de 1917 dá um novo fôlego ao governo, principalmente para a ala esquerda, liderada por Álvaro Obregón, desejosa de suceder Carranza. Discordam da continua repressão aos movimentos populares, ainda mais quando Zapata é assassinado, em 1919, a mando do general Pablo González.

Nesse ano começa a campanha pela sucessão de Carranza e se apresentam dois generais. Álvaro Obregón e Pablo González, mas Carranza articula a candidatura de um civil, Ignacio Bonillas, desconhecido no México. A situação começa a se complicar quando Obregón percorre o México divulgando sua plataforma apoiado no exercito que fica do lado do herói das batalhas de Celaya.

Em 9 de abril, De la Huerta - governador de Sonora - rompe relações com o governo central e conclama o povo para derrubar o presidente, através do Plano de Água Prieta. Abandonado pelo exercito, na chama de *huelga de generales*,

Carranza foge da capital para Veracruz, esperando que se repetisse a história de 1914. Antes de chegar ao porto é assassinado. Adolfo de la Huerta é eleito presidente interino pela Câmara dos Deputados e cumpre o restante do mandato.

## 2.1 - Emiliano Zapata: Surge o mito

Emiliano Zapata nasceu em Anenecuilco, Morelos, em 1879 e morreu fuzilado em Morelos em 10 de abril de 1919. Foi o penúltimo dos 10 filhos de Cleofas Salazar e Gabriel Zapata, um fazendeiro mestiço que treinava cavalos. Tornou-se órfão aos 17 anos de idade. Os que o conhecerem na sua infância contam acerca de uma experiência que marcou sua vida para sempre: quando Zapata tinha 9 anos, viu seu pai chorar porque a autoridade injustamente havia retirado as terras comunitárias de seu povo. Zapata jurou que isto não aconteceria de novo, e que recuperaria as terras perdidas. A reforma agrária foi sua meta desde então.

Desde muito jovem, Zapata destacou-se por suas habilidades de liderança e seu amor pelos cavalos; seu maior prazer consistia em cavalgar sobre o elmo de seu cavalo preferido usando botas e esporas novas e de boa qualidade.



**General Zapata**



Em 1897 Zapata foi preso por participar de um protesto contra a usurpação de terras camponesas. Ao ser perdoado continuou agitando os indígenas da região, o que fez com que fosse incorporado ao 9º Regimento do exército, devido o mandato direto de Ignacio de la Torre, método usado para retirar de circulação os "agitadores". Em 1909 foi escolhido presidente da junta de defesa das terras de Anenecuilco. Poucos meses depois, coincidiu uma reunião na Villa de Ayala onde foi comentado o plano de San Luis, e em 10 de março de 1911, também na Villa de Ayala, se lançou a luta revolucionária junto com outros 72 camponeses. Sua ordem, "terra e liberdade", foi uma das mais famosas de suas frases.

Entretanto a Revolução Mexicana chegava ao seu apogeu. Francisco I. Madero, um dono de terras do norte, havia perdido as eleições de 1910 frente ao ditador Porfírio Diaz e fugiu para os Estados Unidos, onde se proclamou presidente e retornou ao México. Zapata apoiou Madero, e em 1911, sitiaram a cidade de Cuautla e começaram a caminhada a terra capital. Uma semana depois, Porfírio Diaz fugiu do país e designou um presidente substituto. Neste período, Emiliano Zapata e um exército de 5 mil homens tomaram a cidade de Cuernavaca, Morelos.

## **2.2- O Plano de Ayala**

Madero foi eleito presidente em 1911 e se reuniu de novo com Zapata, sem que este último conseguisse que Madero aplicasse a reforma agrária. Com a ajuda do mestre Otilio Montano, Zapata preparou o Plano de Ayala, o qual declarava que Madero era incapaz de cumprir com os objetivos da Revolução. Os assinantes do plano renovaram o comprometimento com a revolução e prometeram designar um presidente provisório até que houvessem eleições. Fixaram-se na meta de recuperar as terras perdidas quitando um terço dos terrenos das haciendas e repartindo-as entre as comunidades. Aqueles hacendados que se recusassem a aceitar o plano veriam suas terras expropriadas sem compensação alguma.

No transcorrer de sua campanha, Zapata distribuiu as terras tomadas das haciendas. Ordenou execuções e expropriações, e suas forças nem sempre se guiaram pelas leis da guerra. Evitavam a confrontação direta ao implementar táticas de guerrilha: trabalhavam a terra com rifles nas costas, colocavam-se em postura de combate quando eram chamados e regressavam a seus campos ao final da batalha. Os salários dos milhares de homens que formavam as forças zapatistas provinham dos impostos das regiões da província e da extorção dos ricos. Suas armas provinham do que era capturado das tropas federais.

Quando Victoriano Huerta assassinou Madero em 1913, Zapata e seus homens foram até a Cidade do México e se recusaram a unir-se ao governo de

Huerta. Tendo duas frentes para batalhar, Huerta viu-se impossibilitado de enviar todas a suas tropas para combater Venustiano Carranza e o Exército Constitucionalista no norte. Encurralado por seus oponentes, Victoriano Huerta abandona seu país após um ano no poder. Ao cair Huerta, Zapata convidou os Constitucionalistas a aceitarem seu Plano de Ayala e lhes advertiu que continuaria lutando por sua conta até que o plano se concretizasse.

### **2.3- Os líderes se unem**

Pancho Villa e Emiliano Zapata acataram o chamado de Carranza para reunir todos os líderes revolucionários, com a condição de que a assembléia fosse realizada em Aguascaliente e não na Cidade do México. Na assembléia, os villistas e os zapatistas elegeram o General Eulálio Guttl Eulalio Gutiérrez como presidente provisório que os carrancistas rejeitaram.

Como consequência, se iniciou uma guerra entre os carrancistas (moderados) e os revolucionários (villistas e zapatistas). Em 24 de novembro, Zapata ordenou a seu exercito (agora chamado Exército de Libertação do Sul e com 25 mil homens em suas filas), que ocuparam a Cidade do México. Pancho Villa aceitou o Plano de Ayala e decidiu unir forças com Zapata até que houvesse um presidente civil no Palácio do Governo.

Ao mesmo tempo Zapata implementava a sua reforma agrária e a guerra continuava. Ocupou a cidade de Puebla e ganhou várias batalhas, apoiado por soldados profissionais que haviam se unido a sua causa. No entanto, quando em 1917 Carranza derrota Pancho Villa, Zapata, Zapata se viu isolado. Venustiano Carranza convocou uma assembléia constitucionária sem convidar Zapata. Nesta convenção se aprovou a nova Constituição e designou Carranza como presidente.

As tensões entre Zapata e Carranza não cederam. Em abril de 1919, o Coronel Jesus Guajardo foi enviado pelo governo constitucional a infiltrar-se no grupo de Zapata. Guajardo organizou uma reunião "secreta" com Zapata na Hacienda na Chinameca em Morelos, fazendo crer que queria unir-se aos agraristas. Zapata foi morto a tiros no dito lugar pelas tropas carrancistas. Seu corpo foi posto sobre uma mula e deixado sobre a rua. Hoje em dia encontrasse sepultado em Cuautla, Morelos. O Coronel Guajardo foi nomeado general e recompensado com \$52,000 pesos.

### **3 - Congresso Indígena (1974)**

Até 1974, os índios eram simplesmente "informantes" do antropólogo ou do linguista, com depoimentos gravados pelo estudioso. As coisas começaram a mudar no Congresso Indígena Chiapaneca, quando uma equipe de jovens "tradutores" se dá ao trabalho de recolher as opiniões dos povos em torno da terra, do mercado, da justiça e da cultura, transcrevendo-as em quatro "relatos" correspondentes às quatro línguas autóctones dominantes na entidade: tzeltal, tzotzil, tojolobal e chol.

Apesar da incomoda presença do governo e a participação ambivalente da igreja, o predomínio da palavra indígena, tanto falada como escrita, fez do Congresso um encontro de verdade. Uma assembléia multicolorida onde tzeltales, tzotziles, choles e tojolabales de aldeias dispersas se identificaram em torno de suas línguas, de seus relatos e de seus antagonistas comuns e onde começou a ser fundada uma nova identidade maia chiapaneca, graças ao inédito diálogo público dos quatro grandes grupos linguísticos da entidade.

O Congresso Indígena foi realizado em San Cristóbal de las Casas em 1974, quando estavam por cumprir-se os quinhentos anos do nascimento de Frei Bartolomeu de Las Casas. As autoridades estatais, sendo o governador Manuel Velasco Suárez, pediram a colaboração do bispo Samuel Ruiz para esse

congresso, que por sua vez pôs como condição que fosse um Congresso de Indígenas e não um evento de tipo turístico, folclórico ou demagógico.

Pela primeira vez eram indígenas as vozes e os ouvidos, os temas e as intenções. E pela primeira vez os despossuídos utilizavam com abundância a palavra escrita para prolongar o diálogo no espaço e no tempo. O Congresso deixou um grande volume de papéis multilíngues: os relatos, as resoluções gerais e vários exemplares de um jornal nas quatro línguas principais, que se liam em voz alta nas assembleias comunitárias.

### **3.1 - Congresso Nacional Indígena (1996)**

Este congresso teve suas origens no Foro Nacional Indígena convocado em San Cristóbal de Las Casas, entre 3 e 8.1.1996, pelo EZLN, como parte da Mesa I: Direitos e Cultura Indígenas, na 1ª fase do Diálogo de San Andrés entre o EZLN e o Governo Federal. Este Foro foi um espaço de reflexão e de decisão para dirigentes indígenas de todas as regiões do país. Estiveram presentes assessores e investigadores pertencentes a diversas ONGS, instituições de investigação e meios de comunicação. O resultado da Mesa I e os acordos deste Foro formam um corpo de propostas coesas que constituem o traço de um caminho alternativo não somente para os povos índios, mas para todo o país.

Características desse Foro:

- Não é uma organização formal, é uma assembléia quando estão juntas as organizações e uma rede quando separadas;
- Respeita o caminho de cada organização - a idéia é criar pontes entre todas as organizações;
- Sua finalidade é construir a força que defenda os Acordos de San Andrés e os programas e resoluções do Foro.

Entre janeiro e outubro de 1996 surgiram foros regionais independentes e se multiplicaram os intentos autogestionários e de autogoverno. Em escassos nove meses, esta constelação de Foros se converteu num Congresso Nacional Indígena, cuja bandeira de luta é "Nunca mais um México sem nós".

#### 4 - Situação econômica de Chiapas

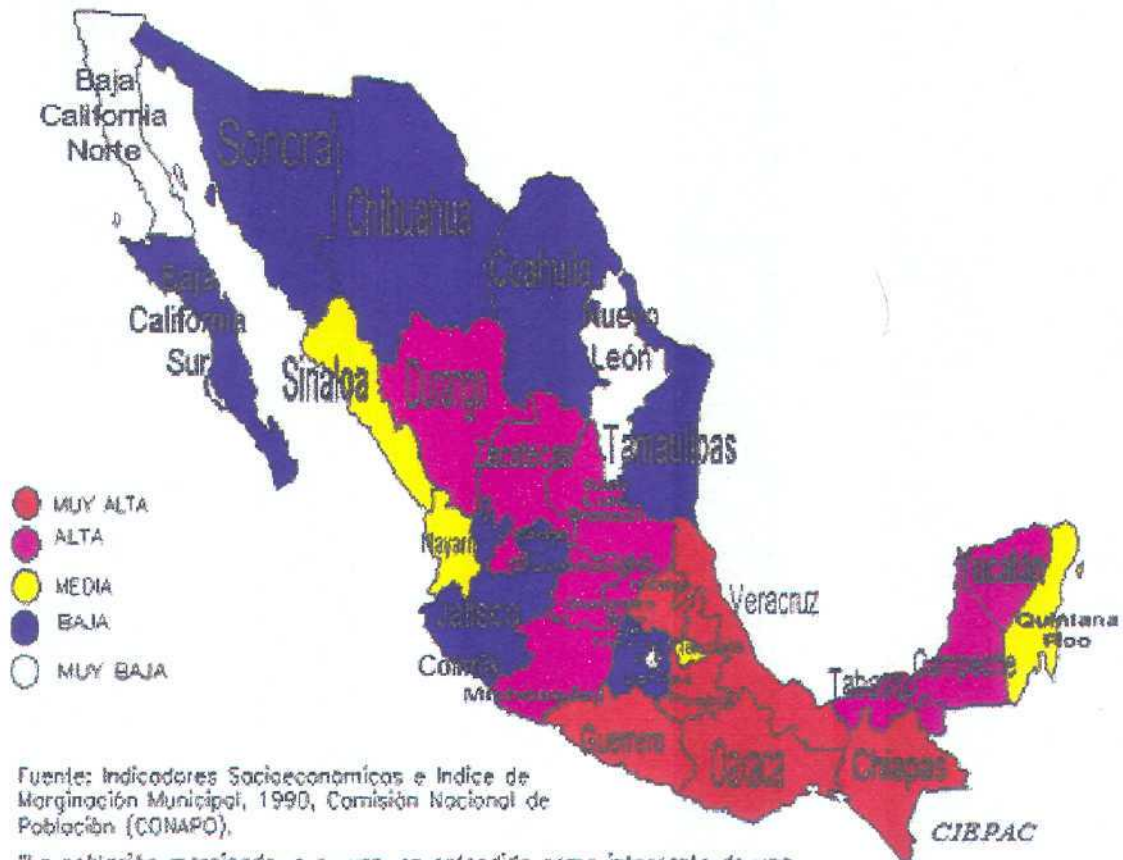
Disse Carlos Montemayor: "A história política recente de Chiapas é a própria expressão de uma instabilidade quase sem precedentes. Nas últimas duas décadas teve 9 governadores, 2 constitucionais, 6 interinos e 1 substituto do interino. Mais ainda, em menos de 2 anos viram passar 5 mandatários, nenhum deles concluiu seu mandato... A forte dependência do governo federal é a causa do abandono em que vive este estado. Como em nenhum outro estado, a ausência do federalismo se tem expressado com maior ênfase."

Nas palavras de Pedro Casaldaliga: "Chiapas é, por um lado, essa larga margem do Continente, marginalizada culturalmente, economicamente e socialmente. Riquíssimo e paupérrimo. Sempre esquecido pela política oficial e manipulado por 'coronéis' prepotentes e corruptos, Por outro lado, e agora definitivamente, Chiapas é a calada, paciente, dignidade indígena, que conserva a memória, que tem a palavra consequente, que luta pelas obviedades da vida: a terra, a cultura, a liberdade, a paz."



## MEXICO

### GRADOS DE MARGINALIDAD POR ENTIDAD FEDERATIVA



Fuente: Indicadores Socioeconómicos e Índice de Marginación Municipal, 1990, Comisión Nacional de Población (CONAPO).

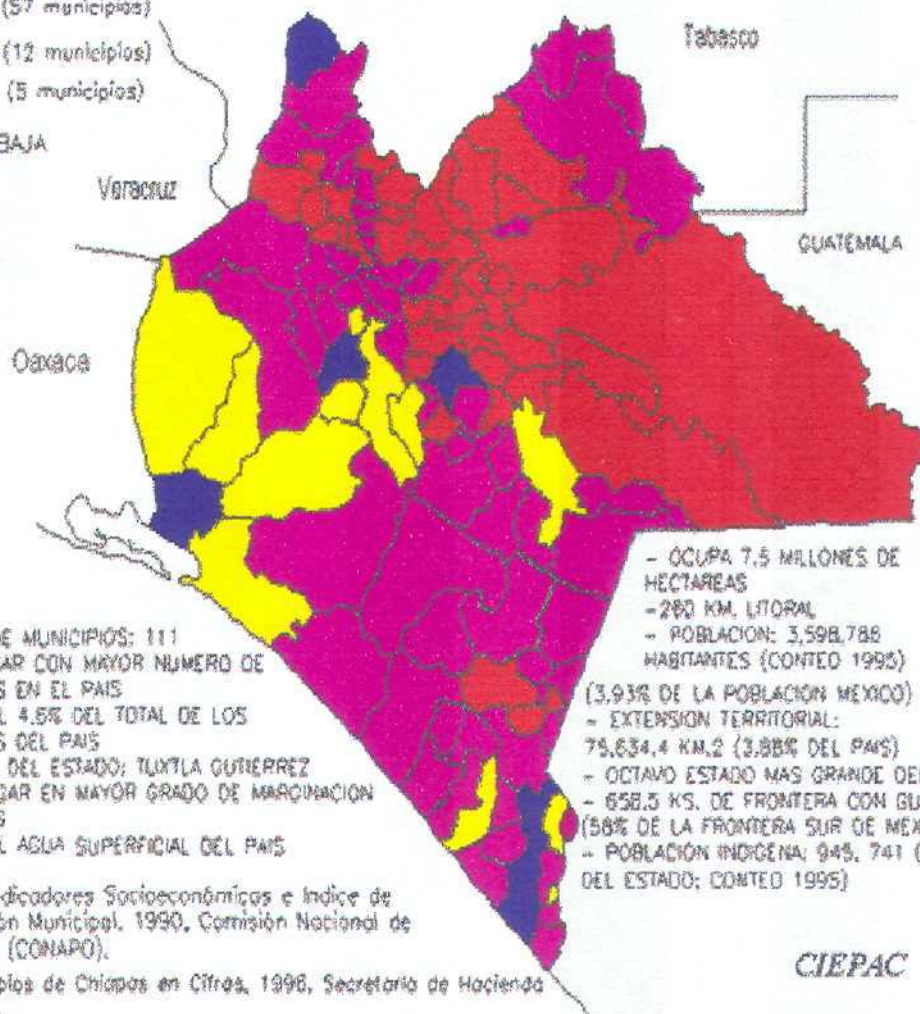
"La población marginada, a su vez, es entendida como integrante de una sociedad en la que por diversas causas la organización socioeconómica y política vigente la integra en el subsistema económico (producción-distribución de bienes y servicios) pero la excluye total o parcialmente del acceso al consumo y disfrute de bienes y servicios y de la participación en los asuntos públicos (...) fenómeno estructural múltiple, que integra en una sola valoración las distintas dimensiones, formas e intensidades de exclusión o no participación en el proceso de desarrollo y en el disfrute de sus beneficios"

Para la clasificación de los 4 niveles de marginación, la CONAPO utilizó "cuatro dimensiones o planos de exclusión social. En lo particular, es posible examinar lo relacionado con las condiciones de: vivienda, nivel de educación, ingresos monetarios y ubicación geográfica de la población" (CONAPO página 23)

## GRADOS DE MARGINACION MUNICIPAL EN CHIAPAS

ANTES DE LAS INUNDACIONES DE SEPTIEMBRE DE 1998 EN LAS ZONAS COSTA, SIERRA Y SOCONUSCO

- MUY ALTA (37 municipios)
- ALTA (57 municipios)
- MEDIA (12 municipios)
- BAJA (5 municipios)
- MUY BAJA



- TOTAL DE MUNICIPIOS: 111
- 7o. LUGAR CON MAYOR NUMERO DE MUNICIPIOS EN EL PAIS
- TIENE EL 4.5% DEL TOTAL DE LOS MUNICIPIOS DEL PAIS
- CAPITAL DEL ESTADO: Tuxtla Gutierrez
- 1er. LUGAR EN MAYOR GRADO DE MARGINACION EN EL PAIS
- 30% DEL AGUA SUPERFICIAL DEL PAIS

- OCUPA 7.5 MILLONES DE HECTAREAS
- 260 KM. LITORAL
- POBLACION: 3,598,788 HABITANTES (CONTEO 1995) (3.93% DE LA POBLACION MEXICO)
- EXTENSION TERRITORIAL: 75,634.4 KM.2 (3.88% DEL PAIS)
- OCTAVO ESTADO MAS GRANDE DEL PAIS
- 658.5 KS. DE FRONTERA CON GUATEMALA (58% DE LA FRONTERA SUR DE MEXICO)
- POBLACION INDIGENA: 945, 741 (14.08% DEL ESTADO; CONTEO 1995)

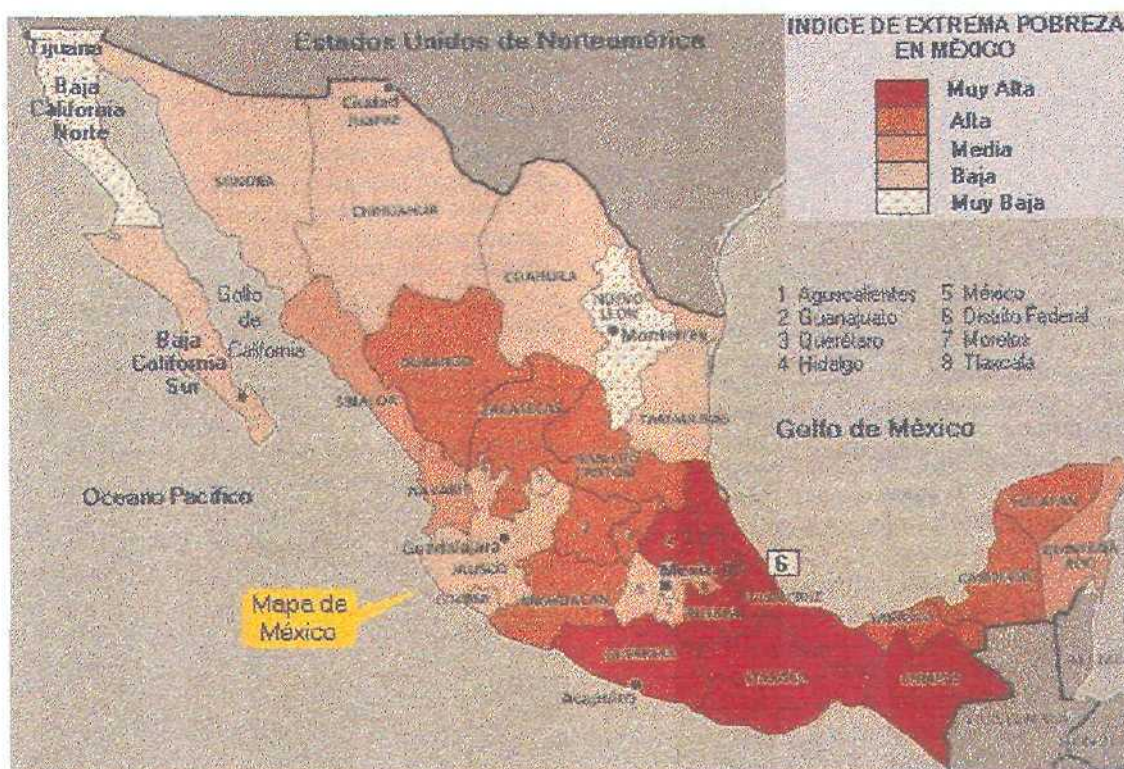
Fuente: Indicadores Socioeconómicos e Índice de Marginación Municipal, 1990, Comisión Nacional de Población (CONAPO).

Los Municipios de Chiapas en Cifras, 1998, Secretaría de Hacienda del Estado.

CIEPAC

"La población marginada, a su vez, es entendida como integrante de una sociedad en la que por diversas causas la organización socioeconómica y política vigente la integra en el subsistema económico (producción-distribución de bienes y servicios) pero la excluye total o parcialmente del acceso al consumo y disfrute de bienes y servicios y de la participación en los asuntos públicos (...) fenómeno estructural múltiple, que integra en una sola valoración las distintas dimensiones, formas e intensidades de exclusión o no participación en el proceso de desarrollo y en el disfrute de sus beneficios"

Para la clasificación de los 4 niveles de marginación, la CONAPO utiliza "cuatro dimensiones o planos de exclusión social. En la particular, es posible examinar la relacionada con las condiciones de vivienda, nivel de educación, ingresos monetarios y ubicación geográfica de la población" (CONAPO página 23)



No território onde se desenrola a guerra chiapaneca, vivem e trabalham 16.939 produtores de café; 93% deles em terras menores que 2 hectares. Muitos são a base social do EZLN; outros são camponeses indígenas em luta por exigências, que não partilham da visão que a via político-militar seja o caminho para resolve-las.

O estado de Chiapas é o maior produtor de café na República: 73.742 produtores semeiam o aromático em 228.264 hectares. Os 91% desses produtores têm menos de 5 hectares; entretanto, 116 proprietários concentram em suas mão o grosso da infra-estrutura produtiva e comercial e o crédito bancário.

O sustento dos pequenos produtores, mesmo que combinem o cultivo do café com o dos gêneros básicos e a criação de gado, são obtidos através da venda do aromático. A produção do café requer para se desenvolver adequadamente os trabalhos do cultivo (semear novamente, podas, controle das sombras, fertilização e colheita), uma média de oitenta dias de trabalho por hectare ao ano; o problema é que muitos desses dias de trabalho se concentram em datas fixas (por exemplo, na colheita), o que torna a mão-de-obra familiar insuficiente.

Entre 1989 e 1993, os rendimentos dos produtores de café diminuíram em 65%, apesar dos apoios que o Pronasol tem dado. Isso foi resultado de três elementos diferentes: a queda dos preços, a sobrevalorização do peso e a queda da produtividade.

A queda dos preços foi provocada pela ruptura das cláusulas econômicas da OIC e o estabelecimento de um mercado livre que o governo mexicano aprovou com alegria; assim, se o preço do café no mercado internacional se movia em uma faixa de preços de 120 dólares/100 libras, esta baixou para uma faixa de 60 e 70 dólares. Os intentos dos países produtores de regularizar o preço retendo parte da produção têm sido boicotados pelo governo mexicano, o que internacionalmente lhe tem valido o qualificativo de *esquirol* (fura-greve).

O café é um produto de exportação vendido no mercado internacional em dólares. A sobrevalorização do peso mexicano tem castigado de maneira drástica aqueles que o vendem. Enquanto em dezembro de 1988 a paridade peso-dólar era

de 2.297 pesos por dólar, em dezembro de 1993 foi de 3,2 novos pesos. A inflação durante este período foi de 89,3%. Resumindo: o produtor recebeu dólares baratos e teve que comprar seu fertilizante com pesos caros.

A produção mexicana de café diminuiu 35% entre 1989 e 1993. A produtividade do pequeno produtor caiu de 7,5 quintales por hectare a 5 quintales durante o presente ciclo. Isso foi resultado de custos de produção acima do preço de mercado, da retirada do Inmecafé e do quase abandono ao combate às pragas e à assistência técnica.

Como se não bastasse, os produtores tiveram de se enfrentar, ante a retirada do Inmecafé, tendo a necessidade de comercializar eles mesmos sua produção ou cair nas mãos dos *coyotes*. O custo do acesso aos mercados teve de ser pago pelos produtores.

As demandas das organizações democráticas de produtores para enfrentar a crise tiveram como eixo central a proposta de estabelecer um fundo regulador do preço e, a partir do estabelecimento do Procampo, de pôr em prática um programa de apoios diretos aos produtores de café.

A resposta governamental tem sido parcial e limitada: primeiro se criou um programa especial que outorgou mais créditos aos produtores e às suas organizações - quer dizer mais dívidas - e, posteriormente, se aceitou transferir esses recursos aos produtores. Nada se tem feito para chegar ao problema de

fundo: incrementar o preço do grão e, por esta via, em vez de aumentar as dívidas melhorar o rendimento familiar.

Muitos dos produtores da zona de conflito se uniram em organizações exemplares: têm exportado diretamente sua produção, criado empresas no estrangeiro, impulsionado o cultivo do café orgânico e promovendo projetos de desenvolvimento integral, na maioria dos casos, sem apoio do governo. A resposta das instituições governamentais a essas iniciativas tem sido sem dúvida limitada e condicionada politicamente. Os esforços dos produtores para canalizar a energia social por caminhos pacíficos se chocaram no dique da burocracia oficial e seu regateio para dar soluções de fundo à problemática da região.

Nessa região se produz 17,3% da produção total do café do estado. O destino de 75% dessa produção é a exportação. Até o início da guerra os 70% da colheita permaneciam ainda no campo. Seu destino é evidentemente incerto. Cortar o grão nas atuais circunstâncias é uma empresa complexa; vende-lo, nos marcos de ausência de compradores, *coyotes* vorazes e insegurança no transporte, mais ainda. Urge, portanto, um programa de emergência em apoio aos produtores regionais, muitos deles refugiados de suas terras; onde está uma de suas poucas fontes de rendimentos.

As condições de vida e de trabalho dos pequenos produtores chiapanecos são semelhantes às de cerca de duzentos mil pequenos produtores de café em todo o país: indígena em extrema pobreza com um largo memorial de ofensas. Os ecos

da explosão têm chegado a seus ouvidos e renovado seus ânimos de luta - três mil produtores caminharam a Jalapa e Veracruz no último dia 26 de janeiro - ,exigindo apoio direto ao café e lançando vivas aos camponeses chiapanecos. Não será com a caridade nem com a assistência pública que se resolverá seu crescente mal-estar. Além de atender suas reclamações democráticas e suas necessidades de desenvolvimento regional, respostas adicionais são requeridas: apoiar o rendimento do produtor de maneira direta. Do contrário, muitos se verão tentados a reexaminar seus métodos de luta.

É interessante pensarmos que mesmo Chiapas sendo um dos estados mais pobres do México, o governo restringiu em 1972, a colonização de 600 mil hectares da Selva Lacandona para 66 famílias. A resposta pode estar em um estudo sobre a Zona Lacandona, elaborado pela Comissão de Estudos do Território Nacional, publicado em 1974 - ano do célebre Congresso Indígena -, que contém dois mapas abrangentes da selva - de um total de 11 - que refletem o conhecimento que os geólogos tinham sobre as possibilidades petrolíferas do lugar (apesar de, segundo a leitura desses documentos, a região carecer de possibilidades petrolíferas, poderia converter-se na principal reserva florestal do país).

Até fins dos anos 70 - quando o preço internacional do petróleo chega a seu ponto alto (15 dólares por barril, em 1978, a quase 40, em 1980) e as empresas transnacionais começam a explorar a zona fronteira da Guatemala

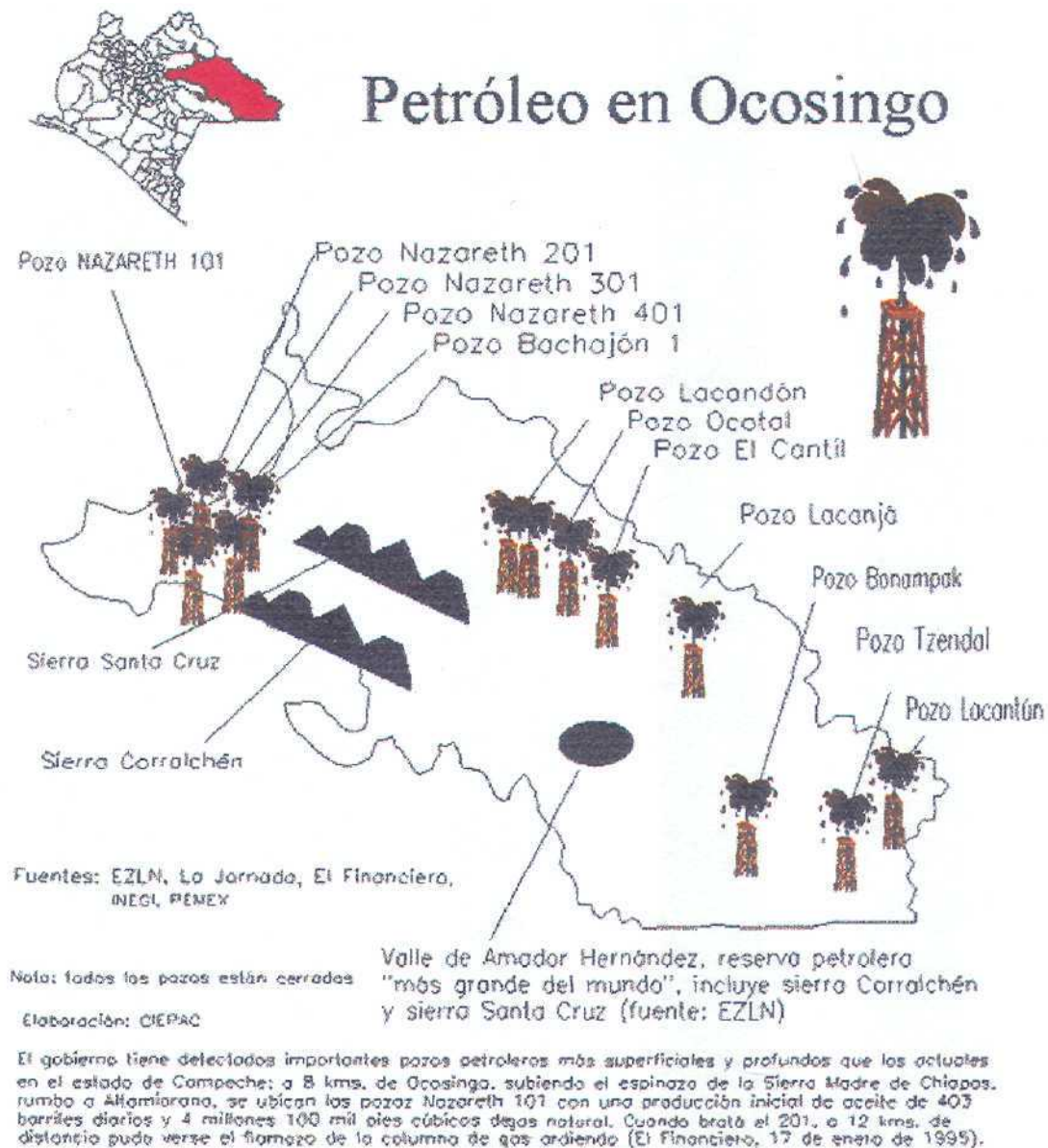
com Marquês de Comillas - o governo mexicano reconsidera sua política de proteção ambiental na região, mediante o estabelecimento de uma zona difícil de conservação de 331.200 hectares em Montes Azules. Ao mesmo tempo, o governo empreende ações destinadas a regular os intensos movimentos indígenas de colonização desatados em Las Canadas que co-limitam ou se sobrepõem aos anticlinais potencialmente petrolíferos (os anticlinais são formações rochosas que "prendem" o petróleo cru).

Nesses anos, a desconfiança econômica e militar do governo federal então nacionalista se expressa no impulso da colonização mestiça em marquês de Comillas, não somente pelo que acontece na Guatemala, mas também por sua desconfiança ante o avanço das comunidades indígenas que não cessam de colonizar a selva e exigem o cumprimento das postergadas promessas de reforma agrária. A presença índia, portanto, poderia estorvar a eminente exploração petrolífera dessa região.

Após pesquisas sobre a composição do solo mexicano pode-se observar a seguinte distribuição de áreas com maior potencial petrolífero: oito estão agrupadas na região noroeste (prospecto de Champa), seis na região leste (San Fernando), na região Ocosingo, no centro da selva. Ainda que nem todas essas prospecções tenham sido confirmadas com êxito, resultam de enorme importância para compreender a história da organização do espaço na Selva Lacandona. É o caso das prospecções efetuadas durante os anos 80 na chamada região de San

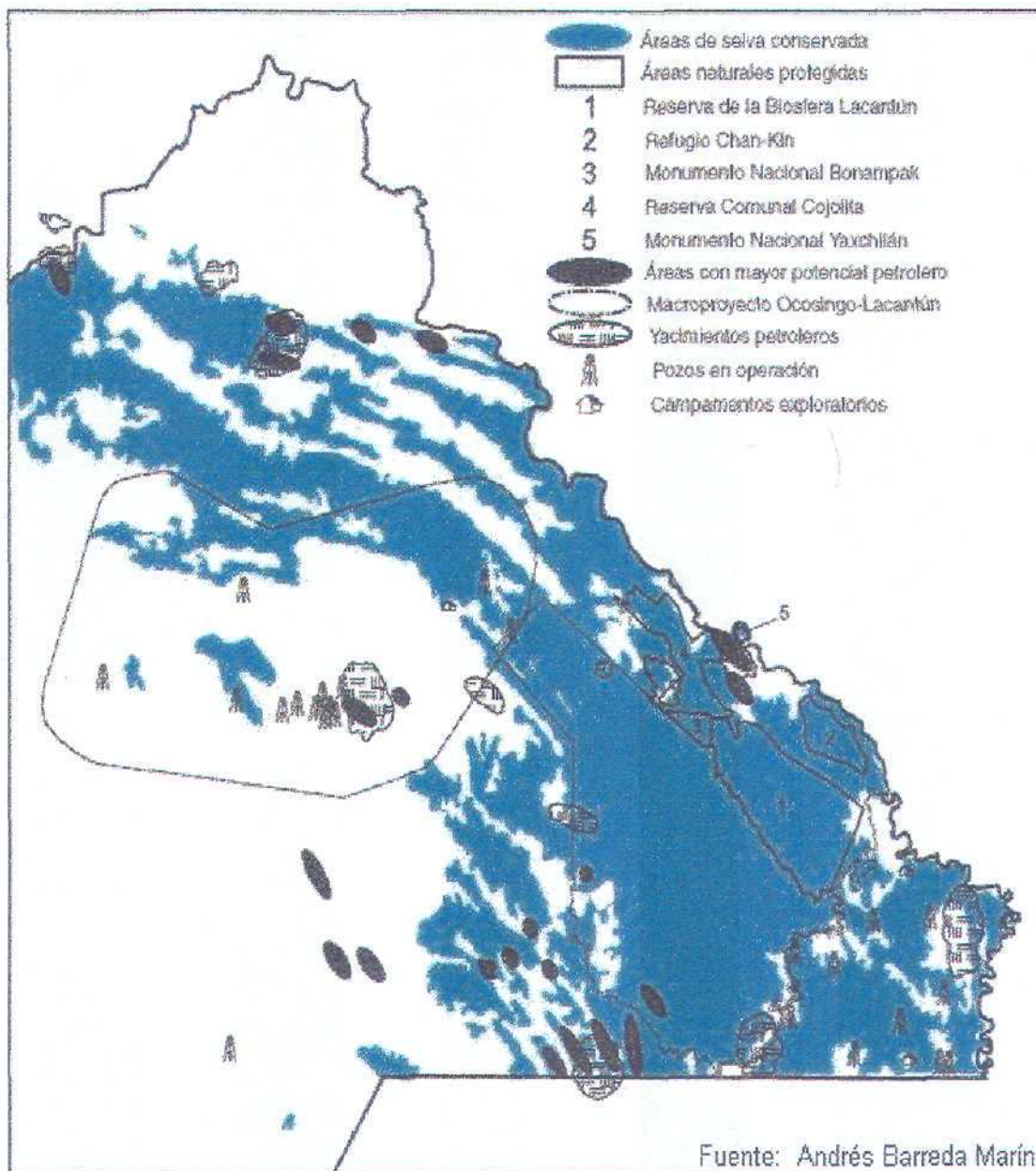


Fernando, que permitem encontrar hidrocarbonos nas seis áreas correspondentes aos anticlinais Yaxchilan, Gavilán, Bonampak e El Cedro, assim como as empresas transnacionais que operavam na Guatemala tinham expectativas parecidas para regiões correspondentes do outro lado do rio Usumacinta,



Isso até 1992, quando foi decretada a conservação de uma nova área de 61.873 hectares, anexada a Montes Azules como reserva da Biosfera de Lacantún, e de 4.357 hectares como Monumento Natural Bonampak, assim como outra ilha de 12.184 hectares decretados como Refúgio de Flora e Fauna Silvestres Chan Kin, e 2.621 hectares como Monumento Natural Yaxchilan. Isso sugere uma presença baixa ou nula de petróleo nessa franja fronteiriça, originalmente incluída na Comunidade Lacandona, mas posteriormente excluída dos limites de Montes Azules.

O resultado final, nos anos 90, deixa estreitos espaços livres para uso petrolífero incerto, que melhor se orienta ao uso econômico e militar da estrada fronteiriça do sul, ao mesmo tempo que se aproveitam as regiões não protegidas, mas conservadas, para o estabelecimento supranacional de um corredor biológico de semiconservação que garanta o trânsito das espécies entre as selvas Lacandona e a do Petén.



A grande importância que ainda mantêm muitos desses diagnósticos iniciais da Pemex apóia-se na forma em que vários deles, confirmados hoje como

habitadas pelas comunidades indígenas zapatistas no norte, centro e sul da selva Lacandona. Ponto-chave para pesar as recentes declarações do diretor da Pemex, Adrián Lajous, quando desqualifica uma nota jornalística (*La Jornada*, 22 de agosto) sobre o trabalho dos geólogos da Pemex, Pablo Cruz e Javier Meneses, em torno da Serra Chiapas (no noroeste da entidade), publicado recentemente pela revista *OU and Gás*.

Lajous pretende encerrar a discussão com relação à presença de jazidas petrolíferas na região do conflito quando indica que a região do norte de Chiapas (para a qual, sim, aceita a presença de reservas), na realidade, não está conectada diretamente com a região de Ocosingo. Vale a pena observar, que esta zona fronteira com Tabasco também é uma região zapatista que, pelo mesmo motivo, tem sido duramente castigada pelo grupo paramilitar Paz e Justiça.

## **5 - Causas da rebelião em Chiapas**

O uso da palavra causa torna-se necessário para contestar as explicações arbitrárias do que se passa. A rebelião indígena e camponesa em Chiapas deu ensejo a que grandes escritores e poetas, acompanhados pelas televisões e pelos amplos círculos oficiais, elaborassem novos mitos satânicos, que desorientavam da mesma forma que os criados na Idade Média o conhecimento dos infelizes e intimidavam os incrédulos com o fogo da fogueira em que se queimavam os valentes. Os ideólogos neoliberais de hoje tentam explicar a rebelião em Chiapas como obra de "stalinistas" e "estrangeiros", de minorias de obcecados e forasteiros que manipulam os "pobres índios". Outros querem explicá-la como uma mera "rebelião de índios". Se por causa entendemos os fatores que antecedem e determinam um fato, a explicação, por meio de mitos modernos, por mais diferente que seja das medievais, atribui a forças malignas as batalhas que desagradam aos poderosos. A violência na interpretação obriga a recuperar e a esclarecer as "verdadeiras causas".

### **5.1 - Rebeldia herdada**

Durante a conquista espanhola, os maias se destacam entre os povos que mais resistiram. Em Yucatán e Guatemala, não foram submetidos até 1703 e logo voltaram a se rebelar, Em Chiapas, organizaram uma grande revolta em 1712<sup>1</sup>. Como disse Chilam Balam: "Vino el pleitear ocultamente, el pleitear com fúria, el pleitear com violência, el pleitear sin misericórdia". E esses mesmos povos

voltaram a se rebelar em 1º de janeiro de 1994. Por quê e contra o quê? Contra uma violência renovada que tem tentado destruir a identidade, a personalidade, a dignidade de homens e mulheres cujas terras têm sido constantemente arrebatadas, que têm sido explorados sem misericórdia e deixados famintos até serem convertidos em seres minúsculos sem nenhuma capacidade de reação. O fato de, hoje, os maias se rebelarem de novo, como os tzetales, os tzotziles, os choles, os zoques e os tojolobales, corresponde a um legado que produz os mesmos efeitos em outras regiões da Mesoamérica.

Na Lacandona e nos Altos Chiapas está vivo o mito de Juan López, homem invencível vindo do céu, que lutou contra o exército há muitíssimos anos e que prometeu regressar para ajudar os índios em sucessivas batalhas.

## **5.2 - A crise da fazenda tradicional**

O desenvolvimento de Chiapas também se encontra na origem da rebelião. Desde os anos 30, havia-se iniciado a crise dos latifúndios cafeeiros. Os peões "agregados" das fazendas (acasillados)<sup>2</sup> fugiam para outras regiões menos desgraçadas. Nos anos 50, ocorreu a liberação dos peões pelas fazendas de gado em formação. Estas já não necessitavam de seus serviços. Na década de 1970, extinguiu-se, virtualmente, o peão "agregado". Chiapas se converteu em grande produtor de eletricidade e de petróleo. Novamente, os peões "livres" abandonaram as propriedades de café, de cana, de milho e, ainda, de gado.

Dirigiram-se para os trabalhos relacionados à eletricidade, ao petróleo, às represas e às estradas. Outros se dirigiram para a Selva para tentar uma vida pobre, porém própria; são os que hoje habitam o território onde se move o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

Na Selva, tzeltales, tzotziles, choles, zoques, tojolobales e mestiços se relacionam entre si. Surgiu entre todos uma identidade de etnias oprimidas frente a fazendeiros, pecuaristas e "kaxlanes", como são chamados os "ladinos" ou mestiços. Esta começou a ser formada em meados dos anos 70, fortalecendo-se e aumentando nos anos 80 por meio da Associação Rural de Interesse Coletivo União de Uniões (ARIC U de U), e culminou em fins dessa década com um processo de integração das organizações de etnias e de trabalhadores. Seus membros haviam deixado a servidão sem encontrar espaço no novo desenvolvimento do país.

### 5.3 - A ação pastoral

A terceira causa da mudança, segundo Pablo González Casanova, proveio do Concílio Vaticano II e da Conferência Episcopal de Medellín. Desde então, deu-se início a uma renovação pastoral "auxiliada pela sociologia religiosa e com a animação do Movimento por um Mundo Melhor"<sup>3</sup>. A sistematização da mudança expressar-se-ia na Teologia da Libertação, hoje violentamente censurada pelos ideólogos neoliberais, e mundialmente famosa. A Teologia da

Libertação expressaria um importante movimento cristão que, respeitando o dogma e a fé, impede que um e outra sejam utilizados contra os pobres e os oprimidos.

Inicia-se nos anos 60 a ação pastoral desse movimento: párocos e catequistas se dedicaram a ensinar aos índios que são considerados seres humanos . Fundamentados no Concílio Vaticano II, ensinam-lhes a expressar seu pensamento, a valorizar a vida de sua comunidade com a palavra de Deus e com a interpretação da Bíblia. Ensinar-lhes — com base em seus costumes de discutir e chegar ao "acordo" — novas formas de organização para o trabalho coletivo, a discussão fraternal e a tomada de decisões. A partir da fé, levaram-nos a interpretar os textos sagrados: a ler o *Êxodo* para que o identificassem com seus povos e encontrassem na história dos judeus e de sua própria opressão. Ensinar-lhes a interpretar a utopia cristã do reino de Deus em sua própria terra. E mais, deram-lhes as bases de uma cultura democrática que começava no respeito próprio para desembocar no respeito dos demais e na construção, com todas as organizações que representam interesses comuns, de uma Igreja Católica que incluísse os tzeltales, os choles, os tojolabales.

Os próprios párocos escutaram os índios e modificaram sua pastoral, incrementaram "a reflexão e a prática" do que chamaram "catequese de encarnação", que tendia a "que a palavra de Deus se revestisse e se divinizasse"



do acontecer histórico, da cultura, da vida comunitária dos povos indígenas. Os catequistas "se converteram em porta-vozes da reflexão da comunidade e deixaram de ser mestres que levavam uma reflexão pré-fabricada".

O trabalho de educação e de catequese foi extraordinário. Também o de organização. Nenhum partido político ou instância cultural fez algo parecido. Um bispo de San Cristóbal, chamado Samuel Ruiz, juntamente com os sacerdotes, párocos e diáconos do bispado, trabalharam em 2.608 comunidades, com mais de quatrocentos pré-diáconos e oitocentos catequistas. "Viveram a caridade" como pobres e como índios, transmitiram aos pobres e aos índios "todas essas maldades" que consistem em crer, pensar e "ser" orgulhosamente índio.

Diversos "ministérios da comunidade surgiram na diocese. Partindo de suas culturas indígenas maias, "adquiriram o compromisso que leva à construção do Reino de Deus na justiça e na verdade". Catequistas, secretários, chefes, mordomos presidentes, coros, responsáveis de regiões, promotores da saúde, coordenadores de mulheres, tumenteles (ou diáconos) e servidores em defesa dos direitos humanos "responderam à necessidade de que os despojados caminhassem".

#### 5.4 - A presença dos estudantes do massacre de Tlatelocolco de 1968

Depois de 1968 — que no México terminou com o sacrifício de Tlatelocolco —, os líderes estudantis seguiram muitos caminhos: uns ingressaram no sistema, ou o sistema os cooptou; outros organizaram movimentos sociais urbanos e bairros populares; outros contribuíram para formar partidos políticos, como o PRD (Partido da Revolução Democrática), o maior partido de esquerda da história do México; outros ajudaram a formar movimentos camponeses ou foram participar das guerrilhas de Sonora, Chihuahua, Guerrero. Na ideologia dos antigos estudantes, havia um elemento comum: lutar por uma democracia em que o povo trabalhador e explorado tomasse as decisões por si mesmo, e pelo fim do sistema repressivo, autoritário e excludente vigente no México.

Em Chiapas, em meados dos anos 70, os antigos sobreviventes de 1968 começaram a chegar. Integraram-se nas organizações populares, "ajudando-as a organizarem-se e a adquirirem uma maior consciência para levar adiante suas lutas". Em 1976, os militantes da União do Povo penetraram na Selva: tiveram ricas experiências de organização no Vale do Mayo e do Yaqui e em Laguna.

Em meio a erros, desencontros, crises teóricas e estratégicas, os líderes de 1968 estabeleceram a necessidade da união e da organização de todos os "operários, camponeses, colonos, estudantes, pequenos comerciantes, empregados, profissionais". Propuseram elaborar um programa de lutas por terras e salários, por escolas e hospitais, e, em geral, por melhores condições de vida.

As principais diferenças internas surgiram no que concerne ao maior ou menor respeito à democratização das organizações. O triunfo da posição democrática se deveu a teses que vinculavam a expressão de opiniões com a informação e com a participação, como afirmava um documento de 1977:

*É necessário que exista a mais ampla democracia que consiste em uma grande participação de idéias e de opiniões sobre o ponto que se está tratando. Em uma reunião ou assembléia, devemos conseguir que todos tenham suficientes informações para que possam opinar. Requer-se escutar o maior número de opiniões e de idéias e proporcionar uma ampla participação.*

O principal objetivo é — acrescenta — "que, a partir das demandas mais sentidas do povo, formem-se organizações de massa". O movimento expressava "a atmosfera revolucionária", característica da época, com suas variantes na luta contra a exploração do homem pelo homem. Postulava também a instauração de um sistema que fizesse da democracia nas próprias organizações de massa sua arma fundamental. Os dois objetivos — o da luta contra a exploração e o da luta pela democracia — se mantêm até hoje, e têm-se estendido como valores já internalizados pelas organizações da Lacandona e do Exército Zapatista de

Libertação Nacional. Outros — como o socialismo e a luta de classes — perderam seu valor estratégico e saíram do cenário por um tempo indeterminado.

Um sistema de "assembléias itinerantes" permitiu que todos aumentassem a sua capacidade e prática milenária de discutir e de decidir. A dissensão e o "*Acuerdo*" se estenderam ao longo da Selva. Quem nela habita adquiriu uma cultura comum que, com diferentes línguas, une etnias, religiões e ideologias nas mesmas metas e nas mesmas ações. Aprenderam algo novo: como discutir e decidir sobre a luta revolucionária e como defender as suas organizações dos agentes provocadores. Os revolucionários aprenderam que os ritmos do povo não são os deles. Aprenderam que não apenas deviam organizar os índios mas aprender com a sua forma de organização. Construíram organizações e politizaram as já existentes. Politizaram-se eles mesmos e se confundiram com os demais. Deixaram suas idéias marxista-fundamentalistas. Descobriram que o "reordenamento do mundo" somente poderia vir através de uma luta pela democracia que incluísse as autonomias e delas partisse, bem como os direitos dos povos indígenas e dos pobres, até abarcar toda a nação. Contando com ela, com seus trabalhadores e com seu povo.

Um grande plano de provocação oficial se montou na ultra-esquerda, que buscava se encaminhar para a desorganização das bases independentes e o fortalecimento das organizações de massa do Estado. Provocadores e ultra-

esquerdistas não lutaram pelo possível. Tampouco pelo impossível. Quando podiam, extrapolavam as ideologias, atrapalhavam-se nas ações e exageravam sua própria exaltação verbal de gesticuladores revolucionários.

Os dirigentes da Selva enfrentaram a provocação e a ultra-esquerda com uma nova cultura e uma nova política de preservação vital e de autonomia, de serenidade e firmeza. Também dissuadiram e derrotaram os acomodados e sua propensão a aceitar concessões individuais e coletivas, com perda da dignidade pessoal e da autonomia política. Os argumentos ultra-esquerdistas sobre "a linha correta", com batalhas de antemão perdidas, e os de cooptação e integração de indivíduos e clientelas, foram enfrentados e canalizados pela democracia com justiça e dignidade. Assim, muitos revolucionários vindos de fora da Selva passaram da revolução esperada à inesperada<sup>5</sup>. Aprenderam a lutar pelo impossível para antecipar o possível.

### **5.5 - Pouca terra para muitos**

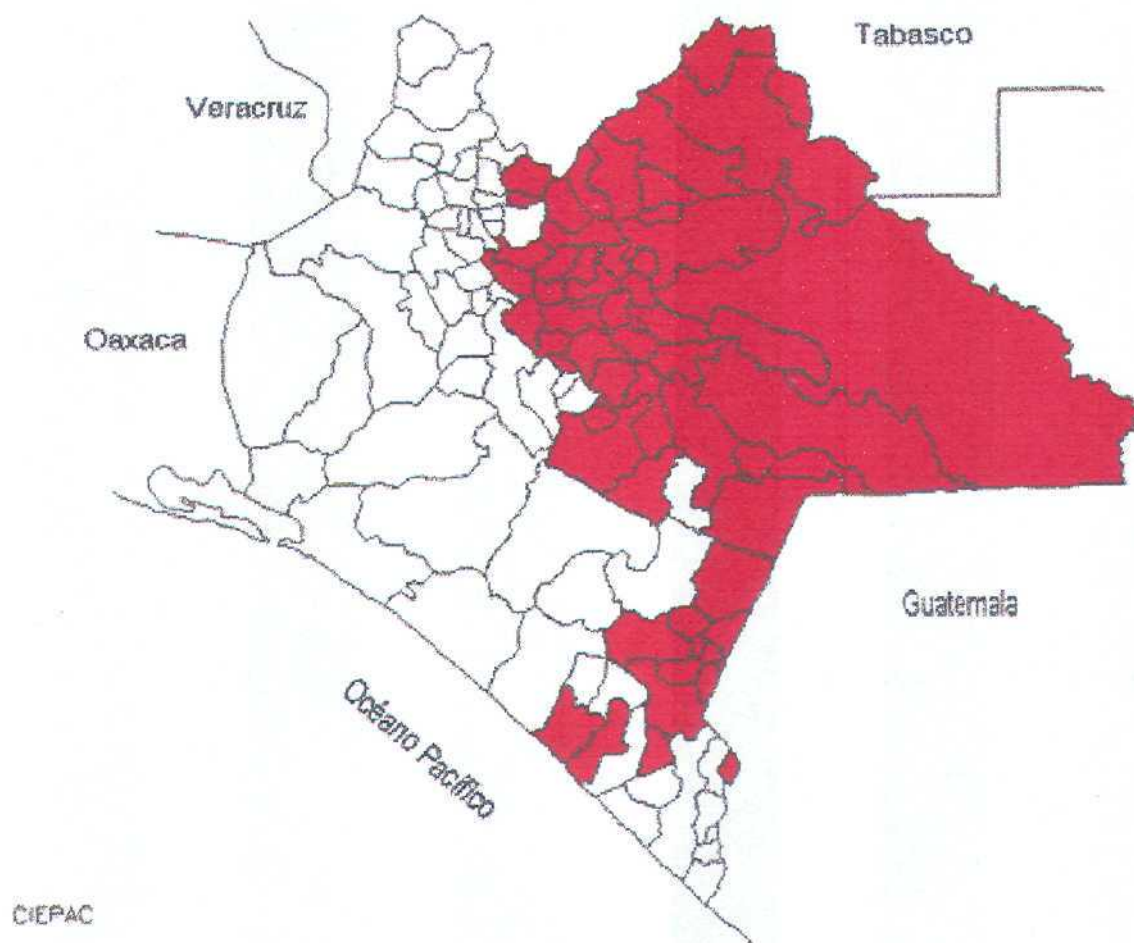
Em 1971, por decreto presidencial, foi entregue a metade da Selva a uma etnia quase extinta: os lacandones. Com o pretexto de preservar alguns que restavam, pretendeu-se arrebatar as terras de tzeltales, tzotziles, choles, tojolobales e zoques, que as habitavam há duas ou três décadas, e a quem se acusou de "usurpadores". Por trás do decreto, havia um grande negócio de políticos e madeireiros. Todos se apresentaram como a Companhia Florestal

Lacandona S. A. Esta se apressou em firmar um contrato com os "legítimos donos" da terra, adquirindo, assim, o direito de extrair, ao ano, 35 mil m de madeira, o que equivale a dez mil árvores de cedro e de acaju. A Selva se tornou monopólio da Companhia. Sua extensão era nada menos que 614,321 hectares.

Ajudada pelo governo, a Companhia se propôs a "relocar", isto é, expulsar os supostos intrusos. Alguns deixaram a região; outros começaram a lutar pela defesa de suas terras. Estes foram a maioria.

As centenas de líderes indígenas do Êxodo, os oito mil catequistas, os ex-líderes de 1968 e os da guerrilha do Norte e do Pacífico deram início a uma nova etapa de mobilizações que os levou à capital do estado e até a capital da República (1981). Foi o início das grandes lutas legais que se combinaram com ações diretas.





Os habitantes da Seiva haviam sido expulsos de outras terras. Nos vales centrais, com a reconstrução das represas, mais de cem mil pessoas tiveram que emigrar. Suas terras ficaram em baixo d'água. A exploração do petróleo inutilizou grandes extensões de terra, convertidas em terras inóspitas ou



mananciais. Algo como cinquenta mil pessoas se viram obrigadas a sair do local onde habitavam. A crise econômica de fins dos anos 70 e princípios dos 80 diminuiu as fontes de trabalho urbanas. Duzentos mil trabalhadores ficaram sem emprego e foram obrigados a voltar à terra que haviam deixado. Para culminar, em 1982, ocorreu uma erupção em Chichonal que inutilizou 70 mil hectares de terra. Cerca de vinte mil povoados tiveram de ser deslocados<sup>6</sup>. Muitos iniciaram o êxodo para a Selva Lacandona. Não sabiam que ali também tentariam expulsá-los. E por todos os meios.

A terra em Chiapas, principal fonte de sustento das populações mais pobres, tornou-se cada vez mais escassa. Ao mesmo tempo, ocorreu o crescimento natural da população; na área rural, o crescimento se deu a uma taxa de 3,6% ao ano. A partir de 1985, em regiões onde, anteriormente, havia disponibilidade de 16 hectares por família, a proporção média passou a ser de menos de 4 hectares. O crescimento da população foi um fator muito importante para o empobrecimento dos camponeses que já eram pobres, sobretudo porque se combinou com o despojo das terras e recursos pelas companhias e pelos latifundiários. Ainda antes de serem muitos, os camponeses já careciam de créditos, de assistência técnica e de mercados humanamente aceitáveis. Sua produção era e é extensiva, com técnicas de *"roza-tumba e queimadas"*, e sementeiras frequentes, o que aumentava o desgaste das terras. Por tudo isso, a

pressão demográfica, que se tornava cada vez maior, chegou a um ponto intolerável.

Acentuaram-se os conflitos agrários com o Estado. Em princípios dos anos 80, quatrocentas propriedades e latifúndios foram invadidos pelos camponeses; cem mil sobreviveram como invasores e setenta mil solicitaram terras ao Departamento Agrário sem que fossem atendidos.

As demandas e invasões continuaram. Em princípios dos anos 90, Chiapas possuía 27% das demandas de terra de todo o país, sem que fossem satisfeitas. Dos 10.600 expedientes em trâmite na Secretaria da Reforma Agrária, três mil eram de Chiapas. Por trás de longos e custosos processos, os camponeses não ganhavam nada. Quando havia uma resolução presidencial em seu favor, ela não era executada<sup>7</sup>.

A consciência de que, apesar do fato dos sem-terra terem sido empobrecidos, marginalizados e excluídos, os grandes proprietários tinham latifúndios disfarçados que nem sequer exploravam foi adquirido. Como não apenas realizaram mobilizações de protesto, mas também deram início à ocupação de algumas parcelas de terra e ao seu cultivo, o caráter violento da resposta dos fazendeiros tornou-se sistemático. Se antes atacavam violentamente os índios para usurpar-lhes seus direitos, agora atacavam "com mais razão" e com muita cólera, acusando-os de violar a sagrada propriedade privada, a paz social e

o direito. Líderes presos e assassinados, famílias e comunidades desalojadas e perseguidas, terras recuperadas pelo Exército ou pelas Guardas Brancas. Em todas as partes, são mantidas as lembranças das respostas violentas: em Simojovel, Huitiupan, Sabanilla, Yjalón, Chilón, Ocosingo, Las Margaritas. Ainda assim, havia a esperança de que um dia se aplicaria a Constituição e far-se-ia justiça. Para alimentar essa esperança, o governo, de vez em quando, comprava algumas terras dos proprietários e as entregava aos indígenas.

O Executivo Federal, em 7 de novembro de 1991 — em cumprimento da política neoliberal acordada com o Fundo Monetário Internacional, das exigências do Tratado de Livre Comércio (TLC-NAFTA) e seguindo os interesses dos grandes latifundiários e políticos mexicanos e estrangeiros — enviou ao Congresso um projeto de reforma do Artigo 27 da Constituição. O novo texto não somente legalizava os latifúndios disfarçados e legitimava as declarações de que não havia mais terra para repartir, como facilitava a privatização de terras sem dono e comunais pelos latifundiários. O novo texto foi aprovado por meio de uma aliança do PRI e do PAN, fundando um novo Estado mexicano. Como afirma Maria dei Carmem Legorreta, atualmente da ARIC oficial, "um dos efeitos mais imediatos da reforma constitucional é o fortalecimento implícito dos antigos fazendeiros". Estes se sentiram, desde então, favorecidos pelo marco legal. Amparados por suas Guardas Brancas e pelos aparatos do Estado, formaram uma

moderna organização para governar Chiapas: a "União para a Defesa da Cidadania" <sup>8</sup>. Os latifundiários tornaram-se "democratas". Por meio de sua democracia *ladina*, expulsaram os índios que não lhes eram úteis. Mas quando quiseram expulsá-los da Selva, tiveram que enfrentar a resistência de muitos. Era seu último refúgio e resolveram defendê-lo. Mas não apenas estes lutaram, como também os camponeses e os índios de muitas regiões de Chiapas, em especial dos Los Altos. Durante esses anos, eles haviam-se organizado cada vez mais, não obstante o governo e os fazendeiros continuassem tratando-os da mesma forma como tratavam quando eles ainda não estavam organizados: com as mesmas políticas de negação, de repressão e de cooptação. Mas estas já não funcionavam mais.

## **5.6 - politização dos "povos indígenas"**

Os fracassos eleitorais dos índios se encontram na consciência política. Por volta de 1982, dentro do Partido Socialista Unificado do México (PSUM), nas Las Margaritas, os tojolobales lutaram pela presidência municipal. Ao perderem-na, "perderam a esperança", segundo se dizia. Em 1974, os índios de San Juan Chamula tomaram a presidência municipal como protesto ante a fraude eleitoral cometida pelo PRI. Dias depois, foram desalojados pelo Exército. A partir de então, um governo de *caciques*<sup>9</sup> deu início a uma perseguição de milhares de

*chamulas*, acusando-os de serem protestantes. Os expulsos ficaram sem casa e sem terra. Hoje, mais de vinte **mil** deles vivem nos arredores de San Cristóbal. Os *caciques* exercem em Chamula uma ditadura autônoma e brutal, justificando-a no respeito a seus "costumes". Eles se apóiam em mestres "bilíngues" que formam com eles um novo grupo de poder vinculado ao governo estatal (incluído o federal) e aos comerciantes e fazendeiros. "Em Mitontic, Chenalhó, Tenejapa, domina seu capricho".

A democracia eleitoral nas regiões indígenas é uma ficção. Os governos locais se assemelham aos da época colonial. Nos ritos eleitorais, os *ladinos* e seus aliados indígenas discriminam, reprimem, encarceram, expulsam e assassinam seus opositores. A crônica de seus crimes políticos é interminável. Às vezes, exercem o poder de forma paternalista, inclusive com alianças com os "Conselhos Supremos Indígenas" e com outros organismos oficiais que praticam um certo populismo ilimitado. O paternalismo beneficia a pouquíssimos.

A política de partidos é, em geral, um movimento de cúpulas. Os "líderes" indígenas encontram-se no PRI, no PAN, no PSUM, no PST, no PRD. Frequentemente, trocam de partido, para "ver" qual resolve seus problemas comunitários ou pessoais. Suas lutas desembocam em fenômenos de clientelismo que permitem realizar pressões conjuntas nas quais "algo" se ganha. Inclusive os membros do PRI participam de diferentes tipos de pressões e até se mobilizam

para a tomada de palácios municipais e escritórios do governo. O conjunto das lutas não altera a estrutura de poder no qual dominam fazendeiros e pecuaristas. Quando ocorrem explosões locais, seus efeitos são efêmeros e o sistema pouco a pouco se recupera.

Após as eleições de 1987, em Pantelhó, todos os índios desceram com seus facões. Diziam que já lhes havia acabado a paciência. Como eram maioria, e tinham os facões na mão, os mestiços se viram obrigados a reconhecer seu triunfo; aquietaram-se por um tempo. Depois de uns meses, foram ver o presidente municipal que os índios haviam elegido. Pediram-lhe que prestasse contas. O presidente municipal — antes rebelde e gritador — se tornou manso. "Desde então — disse um delegado do PR] — don Dionisio tem-se alienado cada vez mais".<sup>10</sup>

A experiência indígena em matéria política mostra que os representantes imediatos dos índios podem ser democraticamente controlados em suas próprias comunidades; mas quando entram para formar parte do governo municipal e ocupam postos mais altos "não lhes resta outra via" senão corromper-se, submeter-se ou morrer. Ainda que alguns se submetam apenas relativamente e reivindiquem algo para seu povo, a perda de sua dignidade lhes traz muitos danos e é causa de verdadeiros estragos para qualquer política de acumulação de forças.

Em muitos povoados do México, a escritório municipal do PRI está interligado à chefia municipal. O mesmo ocorre em Chiapas. Nas zonas indígenas, geralmente, as autoridades não aceitam a intromissão de qualquer partido político que não seja o oficial. Fazendeiros e pecuaristas os apóiam. Nada que afete o PRI ou os grandes proprietários é tolerado. A função eleitoral se faz sem proposições que atentem contra os privilégios e os privilegiados, ou que impliquem a possibilidade jurídico-política de eleger representantes contrários ao PRI e aos pecuaristas ou fazendeiros<sup>1</sup>.

A experiência de ser "manejado pelo PRI ou por partidos que parecem ser de oposição e não são, como o PAN, o PST e o PARM", provoca antipatias políticas em muitas agrupações. Os indígenas sentem que, nas condições atuais, "não têm uma visão clara de para que serve a política", salvo quando buscam vantagens pessoais ou triunfos efêmeros. Para muitos, a politização nos partidos somente se associa a uma radicalização contrária ao populismo indígena oficial e a outras formas de autoritarismo. Ir mais além, até a construção de uma alternativa torna-se difícil.



Em 1994 — com a solidariedade do EZLN —, realiza-se uma primeira tentativa de luta eleitoral na qual os povos indígenas participam da ofensiva com uma grande dose de cidadania. Diferentes organizações lançam um candidato da sociedade civil e do PRD ao governo do Estado; é uma circunstância inovadora que parece inaugurar uma nova etapa das lutas políticas e sociais. A velha classe-etnia dominante reage com violência extremada e consegue o apoio desejado quando, em 9 de janeiro de 1995, o Exército ataca os opositores, na Selva, destruindo povoados zapatistas. Se o novo movimento busca uma luta política com dignidade para seus integrantes e autonomia para suas organizações, a velha-nova classe colonial põe todo o peso em uma política que destrói a vida ou a



dignidade dos índios e qualquer indício de autonomia ou mediação política para a defesa de seus direitos e interesses vitais. De passada, e "como quem não quer nada", ataca em geral a parcela da população mais pobre, os movimentos populares urbanos e as classes médias que lutam contra a ordem secular e "moderna".

Em todo caso, estrutura-se claramente uma força e uma organização política, democrática e autônoma, nas próprias formações indígenas e camponesas. Este é o caso das coordenações dos Conselhos Supremos Tzeltales e Tzotziles, que são democráticos e representativos e da CEOIC, criada em 1994, com dezenas de organizações camponesas indígenas que se enfrentam na cooptação governamental e empresarial. Nelas, nasce a vontade organizada e civil de alcançar uma democracia com dignidade, justiça e liberdade. É esta vontade que anima e modula a rebelião em Chiapas. Sua definição inclui a luta pela cidadania, pela terra e pela libertação dos povos indígenas, objetivos articulados na consciência política das suas organizações agrárias e civis desde 1992, quando, durante a Marcha dos 500 Anos de Resistência Indígena Popular, os participantes formaram a Frente das Organizações Sociais Chiapanecas. Nesta, esboçou-se algo similar a uma frente cívica e urbana, não partidária nem eleitoreira, que propôs a Nova Luta Política dos índios, pela terra, pela nação mexicana e por um sistema democrático com justiça e dignidade e com autonomia em relação às

organizações sociais e políticas e às instituições municipais, governamentais e culturais.

Semelhante projeto irritou visceralmente a "longa duração" dos sentimentos colonialistas, racistas, etnicistas e "fascistas" das velhas oligarquias *blanco-mestizas* que dominam a região há quinhentos anos e cujos interesses se ligam aos das companhias dispostas a perseguir e exterminar os índios, quando for necessário, para arrebatá-las suas propriedades ou os territórios em que sobrevivem. Certamente, as forças dominantes, em suas expressões mais reacionárias, estão dispostas a levar adiante um projeto que alie a democracia ao colonialismo. A simulação é parte de sua lógica. De fato, a consciência notável dos índios, a cada vez mais poderosa organização de suas forças, a evidente ascensão de suas lutas desde outubro de 1974 — quando organizaram, em San Cristóbal de las Casas, o Congresso Indígena —, nada lhes permitiu resolver seus mais elementares problemas. Ao contrário, estes se agravaram com a crise, o neoliberalismo e a crescente repressão .

## 5.7 - A violência e a lei caminham juntas

A violência institucional é a lei no regime racista e oligárquico vigente em Chiapas. Sem risco de nenhum tipo de punição, seja na terra, no trabalho ou na política, aquele que detém o poder tem a possibilidade de violar a lei, seja esta agrária, trabalhista ou eleitoral. O contrário ocorre com aqueles que são indígenas ou mestiços pobres, camponeses, trabalhadores e até empregados: em qualquer momento podem ser lançadas sobre eles falsas acusações e serem-lhes aplicados todos os tipos imagináveis de pena por delitos.

Há um racismo e um crime rasteiro do qual ninguém fala nas reuniões elegantes ou cívicas. Em 1970, por exemplo, nas margens de Cupic, alguns jovens fazendeiros se divertiam praticando tiro ao alvo com indígenas meeiros. Em Simojovel, região na qual continuaram existindo de fato os peões "agregados" até 1975, estava vigente o direito de pernada. Em Tapachula, Pichucalco, La Concórdia, Joltenango, La Paz, havia uns cemitérios tenebrosos chamados de "particulares" nos quais se enterravam desaparecidos. "A lei do monte ordena que se mate o índio e o tordo" <sup>13</sup>. Nas propriedades, existem prisões. Nas prisões, existem troncos. Nos troncos, existem presos que não estão processados. Os índios não entendem a linguagem dos fiscais, nem o juiz entende a dos presos. A maioria não tem amigos ou padrinhos que os defendam. Como afirma um antropólogo,

*Não há profissionais entre os tojolobales. Não há sacerdotes, não há gente do governo... O sistema dificilmente toleraria que um tojolobal ocupasse uma chefia municipal. A falta de apoio se alia à ignorância e ao terror interiorizado.*

Um índio que reclama pelos seus direitos é um terrorista. Provoca irritação e medo. A lei só regula as relações entre os poderosos ou justifica seus atropelos. E isto no caso de ser necessário. Na maioria das vezes, não o é. Há mecanismos de racionalização e de "opção racional" que permitem renovar o sistema sem provocar o mínimo complexo de culpa, que acabam por transformar esses fatos em "corretos", "normais" e "racionais".

Alguns pecuaristas e fazendeiros se movem entre a violência e a negociação. Trazem heranças do antigo sistema de concessões coloniais e de outros mais ou menos recentes. Em períodos revolucionários de "ascensão das massas", doaram terras a seus camponeses e venderam-lhes algumas parcelas. Atualmente, renasce em alguns deles a idéia de vender terras aos novos invasores, pois para eles é vantajoso: garante uma maior tranquilidade e até mesmo é valioso como negócio. Mas seu primeiro impulso é o de ameaçar de morte os invasores e até preparar e realizar brutais "avisos". Após a nova rebelião zapatista, muitos proprietários se armaram até os dentes, aumentaram suas Guardas Brancas e

abasteceram seus arsenais. A repressão e a negociação permanecem abertas e contidas, realizam-se com violência e são propostas como submissão aos que renegam seus valores, traem ou delatam sua gente. Há anos, os camponeses não têm deixado de tomar terras. O fato ocorre novamente após três governos particularmente repressivos: o de Juan Sabines, o de Absalón Castellanos — que foi sequestrado e anistiado pelos zapatistas — e o de Patrocínio Goanzález Garrido, secretário de Governo quando se instalou o conflito: todos eles se dedicaram a reprimir as novas demandas dos índios que reclamavam seus direitos e cujo ponto de partida mais recente foi o Congresso Indígena de 1974.

As estatísticas em relação ao terror não são confiáveis; mas, mesmo assim, são terríveis. De 1974 a 1987, contam-se 982 líderes assassinados somente em uma parte da região indígena de Chiapas; 1.084 camponeses detidos sem bases legais; 379 feridos gravemente; 505 sequestrados ou torturados; 334 desaparecidos; 38 mulheres violentadas; milhares expulsos de suas casas e de suas terras; 89 povoados que sofreram queimadas de habitações e destruição dos cultivos. E, como afirmou um ex-líder, em Absalón "aumentou a violência em 100%".<sup>15</sup>

Conforme a crise se acentuava, os camponeses descobriam que se protestassem eram reprimidos, ainda que fossem do PRI — como ocorreu com um movimento em 1986. Sua politização e sua firmeza fizeram com que eles se

defendessem da morte inútil. Cada vez mais, camponeses e indígenas defenderam com prioridade a autonomia de suas organizações. Muitos passaram para os contingentes do EZLN numa atitude originalmente defensiva, mas que fazia dessa "autonomia" um conceito irrenunciável e generalizado, compreensível e muito mais profundo do que a autonomia da pessoa humana, a municipal, a dos partidos em relação ao Estado, a universitária ou a das regiões étnicas e multiétnicas. Entre incompreensões, o conceito de "autonomia" como o de "dignidade" adquiriu todos os perfis de um novo projeto de democracia. Muitos, todavia, não o compreendem. Não conseguem perceber até que ponto o movimento iniciado na Lacandona e em Chiapas - - como o do México — não se deterá até que se construa um sistema que respeite as autonomias, que não queira cooptar e integrar os cidadãos e que respeite sua dignidade não somente nos momentos de guerra mas também durante a paz.

## **5.8 - A violência negociada com perdas e ganhos**

Desde o início surgem tentativas de se levar adiante uma luta unida, associada, com tramas e vínculos que se ampliam em uniões de sem-terras em centrais camponesas, em sindicatos. Nestes, luta-se contra a cooptação, a corrupção de líderes e parentes, levando-se a um endurecimento persistente em

que se expressam as correntes políticas do México moderno e as posições revolucionárias mais variadas.

As organizações sociais se defendem para não serem meros instrumentos dos partidos políticos. Seus integrantes aprendem a tomar decisões coletivas estratégicas e não somente circunstanciais. Alcançam posições de força nas comunidades, nos bairros e nos centros de trabalho e coordenam-se com outras organizações, inclusive utilizando os partidos políticos. Trata-se de organizações camponesas de resistência cívica que trabalham em comissões e em assembleias gerais que são convocadas pessoalmente para tomar decisões. Nelas, o idioma utilizado é, em geral, o castelhano. "Os bilingues" (entre os quais existem muitos professores primários aliados aos povos indígenas) ocupam posições fundamentais de união. As mulheres e as crianças participam ativamente, mais até do que se pensa. Os agrupamentos servem também para organizar a economia, os transportes, a semeadura e a colheita, o crédito e o comércio. Algumas representam o germe de uma economia alternativa de produção e de repartição coletiva, que, através da "cooperação", permite a acumulação de pequenos capitais. Não deixam de ocorrer atos de solidariedade por parte dos camponeses e operários de outras regiões da República. As comunidades do Vale do Yaqui em Sonora ou os sindicatos mineiros e siderúrgicos de Monclova e Monterrey, entre outros, têm efetivado a sua solidariedade. Com os fundos recebidos, as

organizações indígenas contratam empregados e até advogados e, em alguns casos, chegam a comprar terras que seus membros tenham ocupado previamente.

Dadas as características do Estado mexicano, os camponeses e indígenas de Chiapas enfrentam vários tipos de experiência na luta: a cooptação de alguns dirigentes, a repressão seletiva de outros, a ação direta das próprias massas (para a tomada das terras, de palácios municipais, de escritórios governamentais) e a negociação das massas e de seus líderes com as autoridades e com os proprietários.

A violência pode ser individual ou coletiva. Matam o líder, ou lhe desfecham um golpe, ou o prendem, ou massacram os invasores, ou os prendem para dizimá-los, ou cooptam uma grande parte do povo, ou fazem concessões, fingindo que "se aceita todo mundo". Às vezes, as negociações beneficiam a muitos; e até resolvem o problema da maioria de um movimento. Mas, no geral, os beneficiados são apenas uma parte a qual se busca separar da maioria. Esse tipo de negociação é também causa da rebelião.

Ao longo do tempo, tem-se forjado uma cultura de cálculos sobre custos-benefícios entre governantes, proprietários, colonos, operários, indígenas e camponeses. É uma cultura que convive com a violência "senhorial". Se esta se reproduz e se encastela em visões orgulhosas de *caciques "muy machos"*<sup>1</sup> ou "muy



*cabrones*", com assassinos pagos, aquela se levanta com tradições populistas ou inovações que apontam para uma cultura de negociação social ainda imprecisa.

O Estado mediador responde realizando concessões a certos movimentos e organizações violentas, por mais escandalosos que sejam, quando estão organizados, e quando sua repressão implicaria custos políticos e sociais "demasiadamente" altos.

Estado e organizações possuem uma cultura relativa do direito. Sabem que a lei não se aplica necessariamente, nem antes da violência, nem depois. Praticam um certo tipo de legislação e de interpretação do espírito da lei dentro de uma ordem ao mesmo tempo violenta e civilizada. Legalizam as concessões depois de exercida a violência por ambas as partes ou com a ameaça — implícita — de tornar a exercê-la.

A principal novidade do século XX e sua derivação populista consiste em que a violência como forma de negociação deixa de ser monopólio de pecuaristas, fazendeiros e governantes. Índios e camponeses também exercem a violência, ainda que seja para negociar. Negociam terras, créditos, liberação de presos. E, se conseguem algumas vantagens, realizam compromissos de paz e até se sujeitam a apoiar o PRI e o governo. Em caso de negação, desencadeia-se a repressão seletiva, dificultam-se os créditos, acabam-se as concessões, levantam-se acusações contra os insubmissos ante as instâncias governamentais, suprimem-se

os líderes e até as organizações. No caminho, por via das dúvidas, utilizam-se, algumas vezes, "agentes provocadores" que, com posições aparentemente mais radicais, desqualificam os verdadeiros líderes ou fazem abortar os movimentos. O sistema resiste com suas antigas tradições colonialistas e oligárquicas além das populistas.

Muitas "comunidades" e moradores dos povoados indígenas, que "não possuíam uma visão clara da política", percebem, cada vez mais, as diferenças do PRI, do PRD ou do PAN. Nas uniões camponesas e indígenas, aparecem propostas nacionais que são motivos de discussão. Essas propostas dão a seus integrantes uma visão mais ampla da luta. Levam a propor, por exemplo, a derrogação da Lei de Fomento Agropecuário, a necessidade de uma produção a serviço do povo, a nacionalização indispensável da indústria de alimentação, a redução da propriedade a 20 hectares de rega e uma nova reforma no mutilado Artigo 27 da Constituição: uma reforma agrária para o século XXL

Ao não aceitar ordens arbitrárias e injustas, ao aprofundá-las, surgem processos de radicalização intelectual, individual e coletiva. Mas, às vezes, surge também uma espécie de dialética entre radicalização e desânimo. As lutas legais não obtêm resultados quase nunca. As que recorrem a atos de força têm custos crescentes sobretudo com a crise *do* populismo, da democracia neoliberal e da própria contra-revolução global. Os problemas mais elementares não se

solucionam. A repressão sem negociação regressa até o antigo regime pré-populista. A política se partenaliza como ocorria anteriormente. Nem lei nem negociação; pura repressão, com vulgares tentativas de cooptação-transição; é uma ameaça que parece estender-se e crescer.

Na dialética do desânimo-radicalização, os diaristas agrícolas e os avulsos têm que manter posições de luta mais firmes. Ainda que a muitos falte educação política, todos possuem uma certa educação, uma certa informação, uma certa articulação da cultura camponesa de resistência e de perseguição. Aparecem nas assembleias, nas reuniões, nos debates. Neles se delinea a necessidade de superar as lutas populistas do passado com uma organização democrática disciplinada, digna do conjunto dos povos, e na qual participem os velhos e as crianças ao lado dos homens e das mulheres.

Os professores, os catequistas, os líderes das uniões e alguns antigos ou novos estudantes colaboram na criação dessa nova posição que se insere na própria cultura democrática indígena com suas "coordenações" e seus "conselhos supremos" de base popular. A terra e a luta "contra a repressão na qual se vive" continuam sendo os objetivos principais<sup>16</sup>, mas a estes se soma a democracia dos povoados indígenas e da nação mexicana. Esta é uma novidade de peso crescente, tão grande que já se tornou também irrenunciável, o que ainda não é entendido por muitos líderes governamentais e empresariais dispostos somente a tornar a

negociação populista e mediadora, ou que aplicam uma política de "resistência" para ver quando as massas se cansam.

Por traz da nova luta pela democracia, desenvolvida pelos índios, aparece, de forma reiterada, a luta contra a discriminação, a exclusão e a exploração dos povos "indígenas". A cúpula política e social continua tratando os índios como os trataram seus antepassados espanhóis, crioulos ou mestiços *aladinados*. O *ladino* ou "*kaxlán*" herdou os costumes e privilégios de uma situação colonial, hoje inserida nessa "armadilha de pobreza" a que se refere Alan B. Duraing, e que abarca desde as estruturas locais e nacionais até a global. Por detrás da nova luta dos povos indígenas, encontra-se o Tratado de Livre Comércio que os deixa desamparados para competir no "moderno" mundo atual. Para eles, o TLC e sua expressão imediata nas modificações do Artigo 27 e no intercâmbio comercial excludente, cada vez mais desigual, constituem uma verdadeira ameaça a sua sobrevivência.

Os anos 80 assistiram a intensificação da pobreza, da marginalização e da exclusão, com as políticas neoliberais fortemente articuladas com um renascer dos *caciques* índios e brancos. Em Chiapas e no país inteiro cresce o número de explorações e abusos com os salários de fome e os preços irrisórios que são pagos pelo trabalho — que diminui cada vez mais — e pelos produtos indígenas, vendidos com prejuízo. Alguns desses produtos, como o café, articulam-se à

economia transnacional que compartilha os benefícios do que Luiz Hernández Navarro chamou de "lei de San Garabato" - vender caro e comprar barato . Segundo ele, "o exemplo do café é um entre muitos de um modelo de desacumulação e desemprego destinado a deixar os pobres na pobreza por séculos e séculos. Apósteriore acrescenta: "o preço do café no mercado mundial subiu quase 100%, no nacional subiu 60%, e, mesmo assim, a Cooperativa Cholón B'ala, em Tila, Chiapas, continuou pagando o mesmo valor pelo quilo do produto". O autor afirma que há camponeses que vendem aquilo que produzem sem lucro, ou com perda. E pensa, com razão, que "a diferença permanece em alguma parte". Descapitalizados, os pobres produtores de café "não podem aproveitar o 'boom' para produzir mais: não têm crédito, e, em sua maioria, necessitariam de um financiamento nove vezes superior à garantia que podem oferecer aos bancos. Nem para eles, nem para os produtores de milho, nem para todos os demais, há perspectivas de solução para a 'armadilha da pobreza'".

Para vencê-la, propõe-se uma luta defensiva-democrática, uma revolução defensiva-democrática cuja única possibilidade de vitória é que ela se transforme em uma grande luta política e social, capaz de modificar as correlações do poder e o mercado no sentido de um projeto local, nacional e eventualmente global. No que diz respeito a essa luta democrática, não se conhecem suficientemente as variantes e as tendências e se carece ainda de uma teoria geral. Somente se sabe

que, sem uma luta democrática com dignidade e autonomia dos que se encontram na parte de baixo da estrutura social, não haverá vitória social segura nem negociação que permita ao povo acumular forças para enfrentar a opressão e a exploração do PRI, dos *caciques*, do governo, do sistema.

### **5.9 - A primeira revolução do século XXI**

A rebelião em Chiapas apresenta duas grandes linhas de comunicação e de ação particularmente novas na história das revoluções. Essas duas linhas parecem herdar e superar as propostas anteriores, não somente em relação ao restante do mundo, como também no próprio México, incluindo-se Chiapas. Nelas, estão as heranças dos êxitos e fracassos dos russos, chineses e cubanos, ou, mais recentemente, de Nicarágua, El Salvador e Guatemala; das revoluções, das guerrilhas, dos movimentos camponeses de povos indígenas e, com muitos detalhes simbólicos, políticos e militares, do movimento ocorrido no México entre 1910 e 1917.

Em certo sentido, uma linha, a memória e a criação histórica estão relacionadas com o que poderíamos chamar de uma política de empatia e de hegemonia. Em outro, memória e criação estão relacionadas com uma política de acumulação de mediações próprias que permite avançar até objetivos cada vez

mais profundos nos quais aparecem outras qualidades de vida. Em breves palavras, o discurso zapatista parece buscar um interlocutor múltiplo e dirigir-se, alternativa ou simultaneamente, a uma grande quantidade de públicos, potencialmente atores. O fato mesmo de se denominarem de zapatistas e de revolucionários é, por si, uma mensagem a todos os camponeses e a todos mexicanos, visto que, no subconsciente coletivo e na educação sentimental, genuína e falsa dos mexicanos, todos se sentem "zapatistas" e são "revolucionários". O discurso não se descuida do interlocutor mais longínquo — o índio — nem das forças progressistas do mundo, nem dos jornalistas e dos meios de comunicação do México e dos outros países, nem dos intelectuais, por mais sofisticados que estes sejam. Aqueles, fala-se em seu próprio idioma e nele escuta-se, e a estes, enviam-se mensagens com citações em inglês e até em francês, e com correções na pronúncia do castelhano e convites ao bem falar e escrever do que eles mesmos dão provas.

Os zapatistas mostram que dominam dialetos, línguas e expressões. O discurso de comunicação múltipla, ou o enfocado ou "focalizado" em um público especial, aumentam sua capacidade persuasiva com o manejo multidimensional da razão, do entendimento e do juízo e com a expressão das formas de pensar em estilos que não são pomposos nem contundentes.



A motivação da "dignidade" constitui uma base moral da luta zapatista que corresponde, no México, ao que foi a prática político-moral de Martí em Cuba. É difícil alcançar os mexicanos com razões "morais"; em nossa cultura, a "dignidade" tem a capacidade de desatar uma dinâmica muito mais poderosa.

A política de mediação, ou de meios e caminhos para conseguir objetivos é muito original. Nas propostas dos zapatistas, objetivos e meios aparecem, todavia, como intercambiáveis. Fora o fato de exigirem do governo que este realize eleições honestas (no ano da insurreição que é ano de eleições presidenciais), lutam pela democracia, pela justiça e pela liberdade e asseguram sua luta com as armas. Em uma palavra, os zapatistas se somam à mais popular e reclamada das



lutas atuais do povo mexicano e de outros povos do mundo. Ao fazê-la, não optam por um só caminho, através de uma hipótese apenas: exploram as alternativas para ver qual a que melhor funciona. Ao mesmo tempo, programam uma democracia nova entre os revolucionários; uma democracia plural em relação às ideologias, às religiões e às opções políticas, que não é necessariamente o caminho para o socialismo, e em que não se aceita que a democracia "formal" seja somente "mediatização", em que inclusive se exige aplicá-la efetiva e honestamente, sem trapanças. Porém, longe de se deter ali, os zapatistas pedem democracia com justiça, liberdade para os indivíduos e não somente para os povos. Ou vice-versa. Fazem sua a idéia de um regime que não seja presidencialista e de uma federação que seja real, em que haja um certo equilíbrio de poderes soberanos. Colocam o problema da justiça para os "homens da sombra"<sup>11</sup> e com eles. Exigem a democratização em todos os níveis do governo, da sociedade civil e do Estado.

No terreno das persuasões de forte impacto, como revolucionários não se declaram vanguarda, como chefes não mostram sinais de caudilhos. E mais: afirmam haverem calculado que o triunfo é impossível sem uma luta que não venha de todos os movimentos dispersos e juntos. E, quanto a Marcos, o mais conhecido de seus porta-vozes e líderes (aliás, é "subcomandante"), quando se apresenta, afirma que tem superiores, e que estes, para certas decisões, consultam

seus povos de forma exaustiva, em que votam os adultos e até as crianças. O movimento zapatista supera as graves experiências autoritárias antigas e modernas de caudilhos latino-americanos e de "nomenclaturas" ao estilo russo.

Conflito e consenso, guerra e negociação, enfrentamento e diálogo, rupturas e tréguas, desacordos e pactos com governos e proprietários, tudo isso submete à prova as hipóteses ou projetos para avançar, aprofundar e ampliar os sucessos com os integrantes do movimento, ou que com ele simpatizam, com os que resistem, com os que observam. A todos, pede-se que se organizem em torno de uma esperança ou contra seu próprio temor. E que alcancem pela paz o que eles talvez não conseguissem alcançar pela guerra. Nem sequer lhes pedem que se não o lograram pela paz, tentem pela guerra. Seu chamado ao resto do país é para que se dê conta de que se houver luta, uma luta na qual eles não estejam sós e que os povos estejam lutando juntos pela democracia com justiça e dignidade, poder-se-á alcançar, pela paz, o que, de outro modo, seria inalcançável pela guerra ou pela paz

A contribuição do EZLN quer ser muito modesta e é também ambiciosa: defender, pelas armas, na Selva Lacandona e nos Montes Azules, a terra, a liberdade e a dignidade que os alçados não puderam defender de outra maneira; e iniciar uma transformação na consciência do povo de Chiapas e do México para que, com a democracia e a paz, alcancem objetivos de liberdade e justiça não

somente nas montanhas, nem somente na Selva, nem somente em Chiapas, mas no país. O EZLN recorda a bela imagem da borboleta que desata uma tormenta, e a mais exata dos grandes movimentos que parecem começar do zero e que se tornam universais, implica uma negociação e uma revolução que ponha um basta à violência contra os povos indígenas para abrir caminho a uma democracia com liberdade e justiça, com dignidade e autonomia.



## **6 - A interação do Mito no EZLN**

Ao tratarmos sobre a identidade de um povo, não podemos de deixar de analisar suas características explícitas em um líder, um herói, um mito. A importância destes personagens influencia a ponto de marcar toda uma estrutura, um pensamento e em diversas vezes um sonho que leva pessoas a confiarem e acreditarem em objetivos e metas.

O Exército Zapatista mostra-nos características que ao mesmo tempo em que se aproxima do mito convencional, se distancia pela proporção, quantidade, característica e o processo como este "salvador" se insere dentro de um contexto encharcado de conflitos, ideologias e imaginários. O mais importante é saber que os Zapatistas nos fornecem material mitológico que não tinha nada a ver com o tradicional fetichismo terceiro mundista. Marcos não é sequer um líder heróico, ele é apenas um porta-voz e um 'subcomandante', o que também implica uma interessante abordagem sobre os mitos: de acordo com uma lenda popular no México, Emiliano Zapata ainda está vivo e anda em seu cavalo em algum lugar, nas montanhas e nas florestas. Alguns índios até mesmo o encaram como parte da mitologia Maya, algo como um semi-deus pagão. Os zapatistas contemporâneos são capazes de se comunicar com a sociedade a partir de uma intersecção entre o folclore e a cultura pop. Em certo sentido, o verdadeiro Comandante ainda é Zapata. Era

como se fosse dito: 'Não ligue para mini, eu não sou seu herói mascarado, nossa revolução é impessoal, ela é nova, mas é também a mesma revolução de sempre, Zapata ainda cavalga<sup>1</sup>. Esse é o significado real do passa-montanhas: a revolução não tem rosto, todos podem ser um Zapatista, todos somos Marcos.

Em uma entrevista, Enrique Florescano disse: "Em quase todos os países da América Latina agora há um interesse muito forte por reconstruir a memória coletiva, não as histórias oficiais ou as interpretações profissionais feitas por historiadores. Interessa o que poderíamos chamar de imaginário coletivo que abarca os mitos, a festa cívica, a festa popular, as devoções tradicionais, os heróis, ainda que sejam fictícios." Não é que se aceite que os mitos são certo ou que os mitos são tão fortes como um fato efetivo. Mas têm uma característica: são crenças coletivas compartilhadas. Portanto, são quase como fatos reais porque as pessoas os tomam assim. Alguém pode dizer que são falsos, mas as pessoas crêem neles. Então, alguém, como historiador de grupos e mentalidades coletivas, tem que levar em consideração essas crenças para explicar a ação, a força, a direção dos movimentos populares.

Dentro do EZLN, não vemos apenas a presença do Subcomandante Marcos e Zapata, podemos ainda constatar a presença do Velho Antônio e de Dom Durito. O velho Antônio seria sido um senhor zapatista que vivera junto ao grupo no início de sua formação. Conhecedor da Selva e praticamente um sábio

índigena, o velho Antônio guiava e aconselhava a todos. A importância desta pessoa a ponto de seu nome ser constantemente lembrado através de histórias e contos, é que este, tornou-se praticamente o mestre responsável pelo ensinamento do subcomandante Marcos. É ele que transforma a visão de Marcos a ponto de mudar o seu pensamento político influenciado por posturas Marxistas e o modo de sua postura política para uma adaptação ao modo como os índios viviam, diz Marcos que a partir deste momento, é que ele conseguiu entender a importância da causa Zapatista.

A presença de Dom Durito da Lacandona (pilhas incluídas), como gosta de ser chamado, é o interlocutor do movimento com as crianças zapatistas e mexicanas. Trata-se de um besouro que procura explicar através de contos, as causas do movimento, a postura e a importância para a nação da presença Zapatista. Geralmente nas palavras do Subcomandante Marcos, Dom Durito teve presença marcante durante a marcha que o EZLN fez até a capital. Praticamente em todas as cidades, além dos comandantes, as histórias do pequeno besouro ilustravam o imaginário das crianças.

O argumento mais poderoso em favor do Mito, da lenda ou das imagens coletivas como testemunhos válidos da representação do passado, é que, apesar do longo tempo transcorrido desde a primeira vez em que praticantes da história escrita, hoje essas expressões da memória coletiva seguem vivas, e para muitos povos são o instrumento mais idôneo para recordar seu passado e manter sua

identidade no presente. No caso do México, esses testemunhos são particularmente importantes porque, desde os tempos mais antigos até a presente data, têm sido o principal instrumento para conservar, reconstruir e difundir a memória dos fatos passados entre os povos indígenas, a população rural e os grupos populares urbanos, quer dizer, têm sido veículo privilegiado para recriar a memória histórica da maioria da população.

Dentre os chamados mitos messiânicos, que datam do início da conquista do México, podemos perceber características que dificilmente foge da presença de um líder que diz que vai mudar o mundo, vai derrotar os que estão em cima e vai pôr em seu lugar os humildes, os pobres, os oprimidos. Esses movimentos e essas idéias míticas tinham uma característica: fossem eles índios de Yucatán, de Chiapas, de Oaxaca ou do norte do México, todos diziam que iam derrotar os espanhóis, expulsá-los de sua terra, e então eles ocuparam o lugar dos dominadores. Propunham o regresso a um tempo mítico anterior, que era um tempo idealizado, no qual iam viver com seus compatriotas indígenas e com seus ancestrais ressuscitados. Iam criar um reino de índios governado por índios, com costumes índios. Era a volta à identidade primogênita.

Enrique Florescano nos diz que o movimento zapatista não possui estas características. Em parte a sua colocação torna-se verdadeira, uma vez que pela primeira pode-se perceber uma proposta para o futuro, não para voltar atrás. E ao contrário desses movimentos, que eram locais e nunca ultrapassaram o

território étnico, o zapatista atual é um movimento político que praticamente aspira a ser nacional. Suas principais propostas são de ordem político-nacional: derrubar o atual governo, abater o exército, instaurar uma nova ordem política e daí logo vêm, claro, as demandas estritamente indígenas dos séculos XIX, XVIII, XVI não postulavam a derrubada do governo nacional. Mas Florescano esquece-se da presença mítica de Emiliano Zapata. A presença do herói da Revolução Mexicana juntamente com Pancho Villa, permanece no imaginário tanto dos Zapatistas quanto de todo o povo mexicano. Ao se associar o nome Zapatista ao movimento, imediatamente posiciona a presença do grande general na liderança dos povos excluídos na sua eterna luta por justiça. O movimento pode-se então, como diz Florescano, caracterizar-se por uma postura nacional e com propostas para o futuro, mas ao mesmo tempo, procura no passado, forças para uma argumentação ideológica que surtiria efeito não apenas dentro dos integrantes Zapatista, mas em toda a comunidade Mexicana. Apoiado no mesmo ideal de Zapata que dizia: "A terra é de quem nela trabalha", os indígenas de Chiapas procuram, além de direitos constitucionais quanto as suas particularidades e características culturais, dar uma continuidade na inacabada Reforma Agrária lutada por Zapata.

Os mitos políticos de nossa sociedade contemporânea não se diferenciam muito, sob esse aspecto, dos grandes mitos sagrados das sociedades tradicionais. A mesma e essencial fluidez os caracteriza, ao mesmo tempo que a imprecisão de



seus respectivos contornos. Imbricam-se, interpenetram-se, perdem-se por vezes um no outro. Uma rede ao mesmo tempo sutil e poderosa de liames de complementaridade não cessa de manter entre eles passagens, transições e interferências. A nostalgia das idades de ouro findas desemboca geralmente na espera e na pregação profética de sua ressurreição. É bem raro, inversamente, que os messiânicos revolucionários não alimentem sua visão do futuro com imagens ou referências tiradas do passado. O passo é rapidamente dado, por outro lado, da denúncia dos complôs maléficos ao apelo ao Salvador, ao chefe redentor; é a este que se acha reservada a tarefa de livrar a Cidade das forças perniciosas que pretendem estender sobre ela sua dominação. Girardet diz que do mesmo modo que o mito religioso, o mito político aparece como fundamentalmente polimorfo: é preciso entender com isso que uma mesma série de imagens oníricas pode encontrar-se veiculada por mitos aparentemente os mais diversos; é preciso igualmente entender que um mesmo mito é suscetível de oferecer múltiplas ressonâncias e não menos numerosas significações.

Consistindo não apenas de uma forma de organização política diferente das presentes na história, pois não almeja o poder, o EZLN apresenta a sociedade uma variedade de mitos, heróis e salvadores de um povo humilhado a tantas épocas. A presença portanto não só ajuda como incentivo na luta pelos direitos

requisitados , como também auxilia na «iteração com a sociedade Mexicana que, se simpatiza com o movimento dando mais expressão a suas iniciativas



## 7. Notas

Veja-se RUZ, M. H. *La cultura maya: vigência de lapluralidad*. México: Universidad de México, 1993. P.4-9; VIQUIERA, J. P. *Maria de Ia Candelária*. México: Fondo de Cultura econômica, 1993.

N.T.: Acasilldos: peão que, no México, vive em fazendas prestando serviços nas horas extras.

<sup>3</sup> Veja-se a extraordinária "Carta Pastoral en esta hora de Ia Gracia com motivo dei saludo de S. S. ai Papa Juan Pablo II a los indígenas dei continente. Samuel Ruiz Garcia. Obispo de San Cristóbal de las Casas, Chipapas. 6 de agosto de 1993. Fiesta de Ia Transfiguración dei Señor".

<sup>4</sup> Veja-se LEYVA SOLANO, X. Militancia político-religiosa e identidad de Ia Lancadona. (Mimeo.).

<sup>5</sup> Cf.: "Chiapas 94: Carnaval de Ia Historia". Entrevista com Luís e Antônio Garcia de León. 11-2 nov. 1994. Guadalajara, Jalisco (México).

<sup>6</sup> Cf.: RODRÍGUEZ, E. La agudización de los problemas agrários en Chiapas durante Ia década de los 80. In: PALÁCIO, L. H., SANDOVAL, J. M. (Orgs.). *El redescubrimiento de lafrontera Sur*. México: Ancien Regime, 1989. p. 141-52.

<sup>7</sup> MUENCH NAVARRO, P. La reforma agraria en Chiapas. *Cuadernos de Centros Regionales* (Chiapas), n.7, 1994.

LAGORRETA DIAZ, M. e. La reforma ai artículo 27 Constitucional y su efecto en Ia Unión de Campesinos de Ocosingo, Chiapas. *Cuadernos de Carlos Reynosa*, n.7, 1994. Veja-se GARCÍA DE LEÓN, A. Chiapas y Ia reforma dei artículo 27. Los regresos de Ia historia. *Ojarasca*, n.1 1, p. 20-7, 1992. Veja-se também Prólogo *itr EZNT, Documentos y comunicados*. México: Era, 1995.

N. T.: Cacique: pessoa de grande influência política em uma localidade, déspota, tirano regional.

<sup>10</sup> RODRÍGUEZ, op. cit, p.209, 305.

TAPPAN MERAS, J. E. *Legislación ypráctica de Ia democracia en Chiapas*, México: CIIH, 1985.

<sup>2</sup> Para uma excelente análise da política e organização dos índios e camponeses de Chiapas e a agudização de seus problemas, veja-se: Taller de análisis de las cuestiones agrarias. In: LOS ZAPATISTAS de Chiapas. San Cristóbal de las Casas: s. n., 1988. 93p.

<sup>3</sup> Cf; RODRÍGUEZ, op. cit, p.147. O zanate (tordo) é um pássaro ictérico "sumariamente nocivo à sementeira dos cereais, que arranca os grãos sementeiros e devora os frutos. O macho é negro ... etc". Cf: SANTAMERÍA, F. *Diccionario de mexicanismos*. México: Porrúa, 1974.

VAZQUEZ SOTO, L. *Organización Campesina Tojolobal. Instancias organizatiivas e sus luchas*. San Cristóbal de las Casas: Universidade autónoma de Chiapas, 1983.

Os dados anteriores só correspondem a 38 dos 100 municípios com os quais Chiapas conta; referem-se apenas a quatro das seis regiões indígenas da entidade. Veja-se *Boletines e Informes*. San Cristóbal de las Casas: Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de las Casas, 1989; GÓMEZ CRUZ, P., KOVIC, e. *Com un pueblo vivo, en tierra negada*. San Cristóbal de las Casas: Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de las Casas, 1994. p.185.

<sup>16</sup> VAZQUEZ SOTO, op. cit.

<sup>17</sup> HERNÁNDEZ NAVARRO, L. El drama cafetalero. *La Jornada*, 3 set. 1994.

## 8. - Conclusão

O surgimento em 1994 do Exército Zapatista de Libertação trouxe a tona uma série de problemas e características da sociedade mexicana com relação à política. Ele veio a demonstrar o desprezo com que os órgãos representativos que atuam no México tratam os povos indígenas e a população excluída de direitos, como o de ter acesso a terra. Além da questão agrária, o surgimento do EZLN mostrou ao mundo o processo de exclusão da cultura indígena dentro de um sistema **neoliberal**. Estes povos indígenas vivem na marginalidade sem nenhuma condição de vida. Quando rendem-se e procuram se interagir ao sistema, trocam suas casas simples na selva por um viaduto das grandes cidades. O estado não se responsabiliza e faz vista grossa para um povo que a séculos é massacrados pelo estilo de colonização europeu e agora, norte americano.

O presente trabalho também procurou mostrar que o uso do nome de Zapata dentro do movimento procura aproximar os ideais do Exército ao do grande comandante da Revolução de 1910. Embora caracterizado pela luta por terras assim como no início do século passado, o EZLN luta pelo direito dos indígenas e para isso não fica preso apenas ao mito de Zapata, criando novos personagens e heróis que estão presente no dia a dia da população de Chiapas e do México, é o caso do Subcomandante Insurgente Marcos, do Velho Antônio e de Dom Durito. Esses mitos são apresentados a população e servem para que os ideais do grupo se

infiltra dentro das diversas comunidades, fazendo com que o movimento deixe de ter seu caráter local.

O cerco do governo não foi o bastante e a luta por democracia continua, a internet permanece sendo vastamente utilizada e a população mundial cada vez mais toma conhecimento de uma situação que até dezembro de 1993 era encoberta pelo governo mexicano. A pobreza, a miséria e a diferença social dentro do México tornam-se visível para o mundo.

## **9 - Glossário**

Coyotes: Assim são chamados os intermediários (palavra nahuatl)

INMECAFÉ: Instituto Mexicano del Café

PEMEX: Petróleos Mexicanos

PROCAMPO: Programa nacional de Auxilio ao Campo

PRONASOL: Programa Nacional de Solidariedad

Quintales: 4 arrobas ou 60 quilogramas

## 10. - Bibliografia

BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de  
Orgs. *Chiapas: Construindo a esperança*. São Paulo. Editora Paz e Terra. 2002.

BENÍTEZ, Fernando. *Los Índios de México*. México 1996.

\_\_\_\_\_. *La Última Trinchera: Los altos de Chiapas*, 1963.

NEPOMUCENO, Eric. *Emiliano Zapata*. São Paulo. Editora Brasiliense. 1982.

VILLA, Marco Antônio. *Pancho Villa. Encanto radical*. São Paulo. Brasiliense.  
1984.

NUNES, Américo. *As revoluções no México*. Khronos 12. São Paulo. Editora  
Perspectiva. 1975.

FERRO, Marc. *História das Colonizações*. Das conquistas às independências -  
séculos XIII A XX. Tradução Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo. Companhia das  
Letras. 1999.

DI FELICE, Massimo e Cristobal Muñoz Orgs. *A revolução invencível*. Cartas e comunicados do Subcomandante Marcos e o EZLN. São Paulo, Boitempo, 1998.

GILLY, Adolfo. *La revoludón interrumpida*. Ediciones "El Caballito" México, D.F. décima quinta edición, 1981.

CHRISPINIANO, José. *A guerrilha surreal* Conrad, 2002.

CANCLINE, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3. ed. São Paulo: Bertand, 2000.

BRIGE, Marco F. e DI FELICE, Massimo Orgs. *Votán-Zapata*. A marcha indígena e a sublevação temporária. São Paulo. Editora Xamã. 2002.

BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro. *As raízes do fenómeno Chiapas*. O já basta da resistência Zapatista. São Paulo. Editora Alfarrábio. 2002.

WOMACK JR. John. *Zapata e a revolução Mexicana*. São Paulo. Ediciones 70. 1996.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo. Cia das Letras. 1987.



INCLÁN, Jesus Sotelo. *Raíz y razón de Zapata*. Editorial CFE. México, 1970.

CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia*, 4ª edição, São Paulo. Editorial Cortez, 1989.

DEDECCA, Edgar. *O silêncio dos vencidos*, São Paulo. Editora Brasiliense, 1981.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

WERNER, Altmann. *A rebelião indígena de Chiapas: o anti-neoliberalismo orgânico da América Latina*. Centro de Estudos de Demografia Histórica da A.L.

CORRÊA, Ana Maria Martinez. *A revolução mexicana (1910-1917)*. São Paulo. Editora Brasiliense. 1983.

Jornal "La Jornada"

BARTRA, Armando. *El espejo de oxidiana* - La Jornada - Masiosare - 7/12/97

*Megaplanes y Utopias* - La Jornada - 14/06/01

*O cachimbo parlante* - La Jornada - Masiosare 9/08/98

CONCHA, Miguel. *Supervisión de la Sociedad Civil* - La Jornada - 5-03-94.

CHIPRES, Salvador Guerrero. *Nos pegaron con paños y encimados hasta 50, nos llevaron a Cerro Hueco* — La Jornada - 11-01-92.

DE LEON, Antônio Garcia. *Chiapas, segunda insurrección, nuevos conflictos* - La Jornada - 26-02-94.

EZLN. *Zapatistas: la valentía vino de nuestros mayores muertos* - La Jornada - 06-02-94.

NAVARRO, Luis Hernández. *Chiapas un año después* - La Jornada - 19/12/95.

\_\_\_\_\_ . *El verdadero legislador* - La Jornada - 30/01/96.

. *Municipios autónomos: la razón estratégica* - La Jornada - 12/05/98.

. *Reconstrução das identidades índias* - La Jornada - 16/01/95.

. *Chiapas um ano depois* - La Jornada- 19/12/95.

*IV Declaração: nova política* - La Jornada - 16/01/96.

*O verdadeiro legislador* - La Jornada - 30/01/96.

MARCOS, Subcomandante - *La cuarta guerra mundial*- La Jornada- 23/10/01

MOGUEL, Júlio. *El zapatismo un año después* - La Jornada - 2/01/95.

MORQUECHO, Gaspar. *Mirar por Áltamirano* - La Jornada - 6-03-94.

ROMAN, José Antônio. *Chiapas: la menor tasa de católicos, el mayor número de protestantes* - La Jornada - 21 -02-94.

Revista Imaginário e América latina.

MALDONADO, Ezequiel. *Desde la memoria al registro en los relatos Zapatistas*.

GARCIA, Laura Beatroz Ramirez. *Reconhecimento do papel da afetividade na ação zapatista*.

#### Sites.

[www.chiapas.kit.net](http://www.chiapas.kit.net) - acessado durante os meses de janeiro a outubro de 2003.

[www.ezln.com](http://www.ezln.com) - acessado durante os meses de janeiro a outubro de 2003.

[www.fzln.com](http://www.fzln.com) - acessado durante os meses de janeiro a outubro de 2003.

[chiapas.indymedia.org](http://chiapas.indymedia.org) - acessado durante os meses de janeiro a outubro de 2003.

Textos avulsos.

Declarações da selva lacandona datadas de 1994 a 1998.

Tratado de San Andrés.